

Alexsandro Teixeira Ribeiro¹

**A influência das reportagens
Diários Secretos na criação do
movimento O Paraná Que
Queremos e a revitalização da
esfera pública**

¹Centro Universitário Uninter.

Índice

INTRODUÇÃO	4
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
1.1 Teoria do Agendamento e do <i>Gatekeeper</i>	8
1.2 Sociedade Civil e Movimentos Sociais	12
1.3 Esfera Pública	18
2 METODOLOGIA	24
3 DAS PUBLICAÇÕES DOS DIÁRIOS SECRETOS À FOR- MAÇÃO DO MOVIMENTO O PARANÁ QUE QUERE- MOS	30
3.1 Análise das Publicações dos Diários Secretos	30
3.1.1 Fontes externas	32
3.1.2 Acusados	32
3.1.3 Cadência de informações	34
3.1.4 Forma de aparição do nome do jornal e equipe de redação	35
3.2 Da Pauta à Impressão da Série de Reportagens Diários Secretos	36
3.3 Dos Diários ao Movimento o Paraná que Queremos . .	45
3.4 Participação Institucional da GRPCOM NO o Paraná que Queremos	50
3.5 Análise	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59
ANEXO I	62

Resumo

O presente trabalho consiste numa investigação sobre se houve, e de que forma se deu a influência da publicação da série de reportagens Diários Secretos, publicados pelo jornal Gazeta do Povo, em parceria com a emissora de TV, RPCTV, gerenciados pelo grupo de comunicação GRPCOM, denunciando desvio de verba pública e contratação ilegal de funcionários na Assembleia Legislativa do Paraná, na criação do movimento O Paraná Que Queremos, que mobilizou parte da sociedade civil paranaense pela ética na política estadual. O referido estudo sugere que determinadas características das reportagens, como: repetição quase que diária dos nomes dos acusados e sucessão de novos escândalos, possibilitaram a promoção de uma crescente indignação da população e influência na criação do movimento. Por outro lado, evidenciou-se também uma ação institucional do GRPCOM, que influenciou a formação do O Paraná Que Queremos.

Palavras-chave: Diários Secretos, Esfera pública, Agenda-setting.

INTRODUÇÃO

ANO de eleições para deputados estaduais e federais, além de governadores e presidente, 2010 foi para o Paraná uma época de denúncias envolvendo diretores e deputados da Assembleia Legislativa do Estado. Em março de 2010, a Gazeta do Povo, jornal de maior circulação estadual, iniciou a publicação de uma série de reportagens, intituladas Diários Secretos, que denunciaram desvios de verbas públicas, chegando à casa de R\$ 305 milhões, com contratação irregular de servidores públicos, servidores fantasmas, etc e envolvendo integrantes da Assembleia do Estado.

Em maio do mesmo ano, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Paraná, iniciou uma campanha de mobilização da sociedade paranaense e de entidades da sociedade civil organizada em um movimento intitulado O Paraná Que Queremos, cujos principais motes eram: renovação da mesa diretiva da Assembleia, investigação das denúncias realizadas pela Gazeta do Povo e devidas medidas judiciais aos posteriormente condenados. O movimento O Paraná Que Queremos é fruto, “além da indignação com o descaso com a população e dinheiro público, das denúncias realizadas pela Gazeta do Povo” (GLOMB, 2010a: 3).

O jornal Gazeta do Povo, como uma das representações da sociedade na fiscalização das ações do Estado, pode ter auxiliado na criação de um movimento social que pretende discutir e cobrar pleitos da sociedade paranaense, por conseguinte, influenciando na revitalização da esfera pública, que para Habermas é a dimensão, em sua maioria das vezes virtual, da discussão das questões públicas por agentes privados, ou seja, indivíduos da esfera privada, aglomerados por temas e problemáticas convergentes cuja repercussão se dá no âmbito coletivo (Habermas, 2003).

Por outro lado, apesar de, em hipótese, ter auxiliado na criação de um movimento e na revitalização da esfera pública, deve-se levar em conta os propósitos do jornal como entidade, empresa de capital privado e consequentemente defensora de interesses de seus donos e pares. Além disso, há também a representatividade e interesses dos atores da **esfera pública**, que, segundo Habermas, podem se utilizar dos movimentos sociais e da **esfera pública** como autopromoção e influência de

direcionamento político de governos (Habermas, 1993). Sendo assim, de que forma o conjunto de matérias Diários Secretos, impulsionou ou influenciou na criação do movimento O Paraná Que Queremos e, consequentemente, na possibilidade de revitalização da esfera pública paranaense?

É possível que, em hipótese, promovendo a revitalização da esfera pública, o conteúdo das matérias Diários Secretos, ao abordar tema de interesse público, influenciou na criação do movimento O Paraná Que Queremos, colocando em evidência e fornecendo pauta para debate e pleito da sociedade.

Sendo assim, o jornal teria agido de forma a inserir na agenda de discussões públicas um determinado tema que, ao ser percebido por certos agentes da sociedade civil organizada, repercutiu a criação de um movimento que vislumbra a defesa de interesses da população.

Por outro lado, deve-se levar em consideração que a pauta de origem do conjunto de matérias Diários Secretos pode não ter partido de denúncias e reclamações da população e, sim, do departamento comercial ou de marketing do jornal, denotando, primariamente, interesse mercadológico, proveniente de um suposto aumento no número de exemplares vendidos com o anúncio das matérias e consequente aumento da credibilidade da entidade, e/ou, secundariamente, interesse políticos escusos com o resultado da repercussão das denúncias da Assembleia Legislativa. Parte de uma estratégia de marketing, o movimento O Paraná que Queremos, encabeçado pela Ordem dos Advogados do Brasil (seccional Paraná), pode ter surgido como forma de dar apoio às denúncias e ações do jornal, com hipotético apoio da população e entidades da sociedade civil organizada.

Resta ainda outra hipótese, a de que o conteúdo das matérias Diários Secretos surgiu apenas como apoio aos pleitos do movimento, uma vez que os planos da criação deste podem ser anteriores às datas de publicações das matérias. Desta forma, o O Paraná Que Queremos, e a Gazeta do Povo, com as matérias Diários Secretos, caminhariam como suporte um do outro, sem qualquer conexão de origem, a não ser a coincidência de temas e época de repercussão.

Caso seja corroborado o atrelamento das reportagens à origem do referido movimento, e a consequente influência na formação da opinião pública por meio das discussões da esfera pública, resta identificar o propósito do jornal Gazeta do Povo, com os Diários Secretos, e da OAB,

com o movimento O Paraná que Queremos, com a consequência e repercussão de suas ações na esfera pública e na opinião pública, levando em consideração que a sociedade mobilizada pode influir na mudança de direção política do Estado, já que “ela pode influir indiretamente na autotransformação do sistema político constituído com um Estado de direito. Quanto mais, ela também pode influenciar a programação desse sistema” (Habermas, 1997, p. 105).

Conforme já apontado no presente trabalho, o jornal, como instituição do capital privado, representa e defende interesses de seus donos e pares. Por outro lado, atores da esfera pública também podem se utilizar de movimentos para atender interesses próprios ou realizar autopromoção política, já que “na esfera pública luta-se por influência, pois ela se forma nessa esfera pública” (Habermas, 1997: 95). Além disso, Habermas aponta para a importância em realizar a distinção dos propósitos dos atores da esfera pública, entre os que se inserem com o intuito de fazer valer os pleitos da sociedade, e aqueles que objetivam seus pleitos e interesses próprios em detrimento dos da população, sendo que “tal é o caso, por exemplo, de grandes grupos de interesses, bem organizados e ancorados em sistemas de funções, que exercem influência no sistema político *através* da esfera pública” (Habermas, 1997: 96).

Ou seja, em todo esse caminho da formação e divulgação da informação e da mobilização da sociedade, pode haver sobreposição de interesses privados aos do coletivo partindo do veículo de comunicação, ou da entidade encabeçadora do movimento, fazendo uso da repercussão das denúncias da Assembleia Legislativa, ou interesses de ambos, ou ainda apenas interesse em realizar um papel de promotor e defensor, tanto o jornal quanto a OAB, de pleitos e direitos da sociedade.

Identificar e compreender a atuação e influência dos meios de comunicação na opinião pública e mobilização da sociedade é de fundamental importância para o campo de estudo do jornalismo, sobretudo no que se refere não só ao conteúdo veiculado pelos jornais, e sim naquilo que empresa e instituições detentoras dos meios representam e buscam com a veiculação da referida informação. Quais são seus propósitos? O que eles representam para a sociedade? Que imagem buscam impingir à população? Identificar e compreender sua atuação e o que permeia seus objetivos poderá promover uma melhor percepção de seu papel e da magnitude de influência na sociedade.

Sendo o que se apresenta, o presente trabalho tem como objetivo analisar, à luz de determinadas concepções de esfera pública, sociedade civil e movimentos sociais, o conjunto de matérias publicadas pela *Gazeta do Povo* em 2010, intituladas *Diários Secretos*, e sua relação com o surgimento do movimento *O Paraná Que queremos*. Para tanto, objetivos específicos são traçados para a pesquisa, sendo eles: analisar o conjunto de matérias *Diários Secretos* a partir do discurso publicado nos jornais; entrevistar os jornalistas que produziram as matérias e os líderes que fundaram o movimento *O Paraná que Queremos* e identificar e mapear a relação entre as publicações das matérias e a criação do movimento.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No dia 16 de março de 2010, o jornal Gazeta do Povo iniciou a publicação de uma série de reportagens intituladas Diários Secretos, denunciando escândalos envolvendo a Assembleia Legislativa do Paraná em supostos desvios de verbas públicas, contratação irregular de servidores etc, tendo como base de pesquisa 724 diários oficiais publicados entre 1998 e 31 de março de 2009.

Uma das atuações e papéis dos jornais é ser mediador de poder na sociedade, tendo em vista que “condicionada pelas especificidades que lhe conferem personalidade própria, a narrativa jornalística opera com a atribuição de sentidos e a criação de valores que funcionam como intermediários das relações de poder na sociedade” (Diniz, 2008: 7). Portanto,

como “prestadora de serviços” de informação, a mídia – isto é, o conjunto de entidades de “comunicação social” – teria uma função imprescindível nas democracias: informar sobre os acontecimentos, internos e externos, levando às pessoas uma gama de conhecimentos não imediatamente acessíveis, de maneira que, sem este serviço, estas não teriam condição de conhecer outras realidades que não as vivenciadas ou relatadas por pessoas próximas. Mais importante ainda, fundamentalmente, os órgãos da mídia fariam a fiscalização do Estado (Fonseca, 2010: 8)

Dessa forma, o jornal, com a fala e opiniões de seus representantes, atua também como mediador entre o leitor e os acontecimentos, sendo boa parte destes relacionados às ações do Estado.

1.1 Teoria do Agendamento e do *Gatekeeper*

O papel de “cão de guarda” da sociedade está no cerne da concepção do jornal, uma vez que a ele seja deliberado o caráter denunciativo e de fiscalizador de ações públicas, sobretudo no que diz respeito às relacionadas ao Governo, já que “a denúncia faz com que os desvios dos governantes sejam combatidos e punidos com rigor. Nesse sentido, a

mídia atua como aliada dos cidadãos que não detêm mandato de poder, diante dos desmandos da autoridade” (Soares, 2009:110).

Intermediando as relações sociais, os jornais podem decidir o que terá visibilidade ou não nas agendas de discussão da população. Tal capacidade da imprensa é foco da teoria da *agenda-setting* ou agenda-mento, que consiste na análise dos meios de comunicação como detentores da capacidade de sugerir temas e pautas nas discussões públicas. Desta forma, conforme diz Shaw, citado por Wolf (Shaw *apud* Wolf 2002: 145), “os *mass media*, descrevendo e precisando a realidade exterior, apresentam ao público uma lista daquilo sobre que é necessário ter uma opinião e discutir”. Segundo Shaw, há, desta forma, uma hipotética transferência de compreensão dos fatos dos meios de comunicação ao público, sendo que “o pressuposto fundamental do *agenda-setting* é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelos *mass media*” (Shaw *apud* Wolf, 2002: 145). A ideia básica na função de estabelecimento da agenda pela imprensa é que há uma relação entre a forma como a imprensa “apresenta problemas em foco durante uma campanha política e a ordem de importância atribuída a esses problemas pelos que são expostos ao noticiário” (DeFleur; Ball-Rokeach, 1993: 284). Desta forma, os jornais, promotores de discurso, influenciam a opinião pública e atuam na promoção de temas que serão discutidos e que terão maior espaço na agenda da sociedade.

Para Habermas, o aumento de capital e complexidade dos meios acarretam uma centralização do meio de comunicação na mesma proporção em que há uma exposição à pressão seletiva de oferta e procura. Tais processos de seleção “tornam-se fonte de uma nova espécie de poder, o *poder da mídia*, o qual não é controlado suficientemente pelos critérios profissionais” (Habermas, 1997: 110).

A imprensa pode não necessariamente influir diretamente na opinião pública e na decisão das pessoas. No entanto, seu poder de inserir temas na agenda de discussão pública pode lhe conferir o poder de influência indireta, já que

quando se discute o papel da imprensa nos temas da cidadania, pensa-se que a imprensa tenha algum tipo de poder capaz de influir nos processos sociais. No entanto, a rigor, o chamado “poder da imprensa” é um poder simbólico. [...]

O poder da imprensa está na sua capacidade de agendar os temas, enquadrá-los, colocando-os publicamente (Soares, 2009: 145)

Porém, deve-se levar em consideração que esse poder de agendamento, somado às edições e interpretações de acontecimentos nas matérias podem influir diretamente nas recepções e interpretações dos fatos noticiados, já que

a influência dos meios também é visível na formação da agenda dos leitores ou espectadores, ou seja, a pauta das questões relevantes, na capacidade de formular preocupações públicas. Além da agenda, os meios têm a capacidade de enquadrar os acontecimentos, por meio de esquemas que privilegiam certa interpretação dos acontecimentos (Soares, 2009: 118)

Nesse caminho de escolhas de informações a serem divulgadas encontra-se a figura do *gatekeeper* (porteiro), responsável pela escolha do que será ou não publicado. Suas decisões podem ou não ser influenciadas pelas decisões dos donos ou membros da direção dos jornais. O *gatekeeper*

tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não. Se a decisão for positiva, a notícia acaba por passar pelo “portão”; se não for, a sua progressão é impedida, o que na prática significa a sua “morte” porque significa que a notícia não será publicada, pelo menos nesse órgão de informação (Traquina, 2005: 150)

Segundo Traquina, a teoria do *gatekeeper*, no entanto, analisa a função do jornalista e o funcionamento estrutural da redação e publicação, e não as consequências das ações:

a teoria do *gatekeeper* analisa as notícias apenas a partir de quem as produz: o jornalista. Assim, é uma teoria que privilegia apenas uma abordagem micro-sociológica, ao nível do indivíduo, ignorando por completo quaisquer fatores

macro-sociológicos, ou mesmo, micro-sociológicos como a organização jornalística. É, assim, uma teoria que se situa ao nível da pessoa jornalista, individualizando uma função que tem uma dimensão burocrática inserida numa organização (Traquina, 2005: 151)

Junto a essa capacidade de determinar temas, vale lembrar que “a narrativa jornalística é uma forma de discurso institucional, pois o jornalismo é uma instituição” (Diniz, 2008). Ou seja, como instituições do capital privado, os jornais, além de um hipotético compromisso com a sociedade e com o dever público, atendem a interesses econômicos de seus proprietários, já que

os órgãos da mídia são empresas de comunicações, que, portanto, objetivam o lucro; em pouquíssimos casos, há órgãos estatais ou públicos. Seu papel mercantil é, contudo, distinto das empresas de outros segmentos empresariais, pois, não bastasse o poder de modelar a opinião, sua mercadoria (a notícia está sujeita a variáveis mais complexas e sutis que as existentes nos bens e serviços comuns)(Fonseca, 2010:13)

Os temas inclusos nas agendas públicas pelos jornais podem, muitas vezes, atender a interesses privados dos donos dos veículos ou de conglomerados cujos interesses sejam comuns aos das empresas detentoras dos jornais, conforme afirma *Ciro Marcondes Filho*, citado por *Soares* (2009: 117), ao dizer que “o jornalismo, via de regra, atua com grandes forças econômicas e sociais, representando conglomerados econômicos ou grupos políticos interessados em dar foro de objetividade às suas ideias”. Afora esse interesse mercadológico, há a influência de personagens políticos na decisão de inserção de temas nos jornais e, por conseguinte, nas discussões públicas, pois a

mídia adapta-se ao recorte dominante que é formulado pelo próprio campo político. Assim, o noticiário jornalístico, focalizando a disputa por cargos e estratégias partidárias, contribuiria para fixar o campo da política fechado sobre si mesmo, definido apenas pela conquista de poder, enquanto

os problemas concretos perdem o conteúdo, sendo convertidos apenas no objeto de disputa por espaço político (Soares, 2009: 118)

De certa forma, espera-se dos jornais uma posição crítica em relação a atuação do Governo, uma vez que é parte do seu papel de “cão de guarda” da população e fiscalizador das ações do Estado. Apesar disso, “não caberia adequadamente à imprensa, no sistema de mercado, o papel de cão de guarda, porque seu conteúdo é constituído principalmente pelo entretenimento” (Soares, 2009: 116). Além disso, interesses mercadológicos impedem que a imprensa fiscalize, além dos Governos, empresas ou conglomerados na qual seus dirigentes tenham envolvimento ou participação ativa. Assim,

os meios têm, documentadamente, deixado de investigar criticamente as atividades dos conglomerados aos quais pertencem, e não agem como cães de guarda independentes servindo o interesse público, mas sim como organizações que usam sua força para promover seus próprios objetivos particulares (Soares, 2002: 115)

Somada a isso, a atuação da mídia

implica equilíbrio instável entre: formar opinião; receber influências de seus consumidores e sobretudo de toda a gama de anunciantes; relacionar-se com o Estado – por meio de renegociações de dívidas tributárias e previdenciárias, isenções e empréstimos, além de questões regulatórias, entre outras; e auferir lucro (Fonseca, 2010: 13)

A informação veiculada pela mídia pode sofrer diversas influências provenientes de atores políticos e econômicos da sociedade. Para tanto, é sempre necessária uma leitura crítica da atuação do papel do veículo e da informação por ele ofertada.

1.2 Sociedade Civil e Movimentos Sociais

Se de um lado está o Estado, do outro estão a população e membros da sociedade civil organizada para fazer o contraponto às ações e pronunciamentos do Governo. Sociedade Civil

corresponde a atividades associadas do mundo real. Nas associações da sociedade civil, pessoas coordenam suas ações para discutir e resolver questões, em vez de verificar preços ou regulamentos. A sociedade civil abrange um vasto rol de atividades, instituições e conexões sociais não abarcadas pelo estado ou a economia² (Young, 2000:159)

A sociedade civil está ligada a um terceiro setor de associações privadas, relativamente autônomas da economia e do Estado. Formada, em sua maioria, pelo voluntariado, ela não é mandatária e nem instituída e/ou gerida por instituições do Estado, nascendo do dia a dia de ações das comunidades interessadas nos temas de busca das entidades (Young, 2000: 157). Desta forma, a sociedade civil é uma das únicas alternativas na fuga do círculo Estado/Economia, uma vez que

desprezadas ou alijadas de seus direitos, numa sociedade liberal (e mesmo, por vezes, nas não-liberais), pessoas carentes ou marginalizadas podem encontrar umas às outras e formar associações que melhorem suas condições de vida através de auxílio mútuo e da articulação da identidade coletiva. Embora talvez careçam dos recursos, conhecimento e conexões sociais que outros possuam, populações pobres ou marginalizadas podem dispor de um recurso que é mais igualmente distribuído entre todos: o tempo³. (Young, 2000: 165)

Assim, a sociedade civil é uma forma de o indivíduo se agrupar a outros na busca de melhores condições de vida, pois, ela forma “uma

²corresponds to associative activities of the lifeworld. In the associations of civil society people co-ordinate their actions by discussing and working things out, rather than by checking prices or looking up the rules. Civil society includes a vast array of activities, institutions, and social networks outside state and economy. (Young, 2000 p.159, traduzido por Rafael Moro Martins)

³despised or disfranchised, in a liberal society (and even sometimes in illiberal societies) people who are disadvantaged or marginalized can find each other and form associations to improve their lives through mutual aid and articulation of group consciousness. Although they may lack the money, expertise, and social connections that others have, poorer or more marginalized people can exploit a resource which is more equally possessed by everyone: time. (Young, 2000, p. 165, traduzido por Rafael Moro Martins)

espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral” (Habermas, 1997: 99). Por outro lado, a possibilidade de as pessoas se agruparem em associações, com identidades e objetivos comuns, em uma sociedade livre, não garante necessariamente que as ações desse grupo e sua forma organizacional sejam democráticas, tendo em vista que a sociedade civil

quantas dessas associações, mesmo quando de adesão voluntária, são hierárquicas ou autoritárias em seus regulamentos. Associações fundadas com a intenção de serem democráticas, ademais, são com frequência mais suscetíveis que os governos a acabarem em mãos autoritárias. A ideia de que associações cívicas se autorregulam sem regras disciplinares de burocracia e coerção é, na melhor das hipóteses, um exagero que alimenta o desencantamento com instituições estatais⁴ (Young, 2000: 164)

Os movimentos sociais estão, em tese, calçados e inclusos na sociedade civil, que por sua vez é composta por “movimentos, organizações e associações, os quais captam ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública” (Habermas, 1997: 99). Desta, os movimentos sociais são um dos braços de atuação da sociedade civil, ou seja, uma das formas de a população fazer representar e valer seus pleitos ante o Estado. Sendo assim, entende-se movimentos sociais sendo

ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam de simples

⁴how many of such associations, even when voluntary entered, are hierarchical or authoritarian in their rule. Association founded with the intention of being democratic, moreover, are often even more susceptible to autocratic takeover than governments. The image of a civic associations as free self-organization without the disciplinary regimes of coercion and bureaucracy is at best an exaggeration that feeds disenchantment with state institutions (Young, 2000, p. 164, traduzido por Rafael Moro Martins)

denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas (Gohn, 2007a: 13).

Acompanhando as mudanças econômicas, sociais e tecnológicas ocorridas ao longo do século XX, os movimentos foram tomando formas e concepções diferentes, sendo que

Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. Por isso, exercitam o que Habermas denominou como o agir comunicativo. A criação e o desenvolvimento de novos saberes são produtos dessa comunicabilidade. (Gohn, 2007a: 13)

Os movimentos sociais exercem fundamental importância para o Estado e para a população, pois são capazes de gerar o novo, fazendo sínteses, previsões. Melucci e Arato, citados por Gohn, ao analisarem a importância dos movimentos sociais, ressaltam

a capacidade dos movimentos de gerar o novo. Partindo de premissa de Habermas, afirmam que os movimentos são o limite indicativo para a solução de problemas, não apenas porque, ao vivenciar uma dada situação, apresentam modos alternativos de solução, já que este seria um caso específico para os movimentos populares do Terceiro Mundo (Gohn, 2007b: 323)

Apesar de sua importância, dado o conteúdo de suas manifestações, muitas vezes contemplando o pleito de boa parcela da sociedade, e de sua promoção de agrupamentos sociais e possibilidade de formação de uma base politizada da sociedade,

os movimentos sociais com poucos recursos têm dificuldades em ver os acontecimentos transformados em notícia. Se pretendem jogar no tabuleiro de xadrez jornalístico, precisam ajustar o seu modo de interação organizacional aos

modos das organizações estabelecidas. A cobertura do movimento social depende em parte da capacidade de criar um aparelho de publicação e demonstrar a sua vontade de participar na teia de faticidade que sustenta o trabalho jornalístico (Traquina, 2005: 198)

A visibilidade nos meios de comunicação para os movimentos sociais é de extrema importância, uma vez que desta forma são fornecidas possibilidades de ampliação de apoio ao pleito e hipotética inclusão nas agendas de discussão política, tendo em vista que

os veículos de massa são uma importante fonte de expectativas sociais padronizadas acerca da organização social de grupos específicos na sociedade moderna. Quer dizer, em seu conteúdo eles descrevem ou retratam normas, papéis, posições e sanções de praticamente toda espécie de grupos conhecido da vida social contemporânea. (DeFleur; Ball-Rokeach, 1993: 242)

O Paraná Que Queremos, movimento encabeçado em maio de 2010 pela Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraná, é possível de ser enquadrado nos referidos conceitos de braço ativo da sociedade civil e, por conseguinte, identificado como um movimento social. O Paraná Que Queremos foi criado com o objetivo de pleitear a punição dos supostos envolvidos nos escândalos da Assembleia Legislativa e alterar a mesa diretiva da casa parlamentar. Sua criação é posterior às primeiras publicações das reportagens dos Diários Secretos, o que, levando em consideração sua contemporaneidade e alinhamento de tema e defesa, leva a interpretar a origem de um em decorrência de outro.

As publicações e repercussão das denúncias do Diários Secretos mobilizaram e/ou influenciaram a OAB a criar o movimento Paraná Que Queremos, conforme afirma seu presidente, José Lucio Glomb (Glomb, 2010b: 5), em publicações da organização direcionadas a seus associados, dizendo que “a partir do momento em que vieram à tona, como resultado das reportagens do jornal Gazeta do Povo e da RPCTV, as revelações dos escândalos da Assembleia Legislativa têm dominado o noticiário” (Glomb, 2010b: 5), e

A força da OAB também se mostra diante de denúncias graves trazidas à tona pela imprensa a respeito de atos secretos e outras irregularidades na administração da Assembleia Legislativa do Paraná. A Ordem foi a primeira instituição a manifestar indignação e a exigir uma apuração rigorosa das autoridades competentes. Na mesma noite em que a Rede Paranaense de Comunicação (RPC) veiculou a primeira reportagem da série Diários Secretos, a OAB publicou nota em sua página eletrônica pedindo esclarecimentos. Desde março, portanto, a Ordem tem sido uma das poucas vozes da sociedade civil a colaborar para que as denúncias de irregularidades na Assembleia Legislativa não caiam no esquecimento. Defende, por exemplo, o afastamento da mesa diretora da Casa e pede ao Ministério Público do Estado e Federal investigações sérias e urgentes para que se possa chegar aos responsáveis e puni-los de acordo com o que prevê a lei (Glomb, 2010a: 3).

Já com o movimento O Paraná Que Queremos iniciando suas atividades, Glomb reafirma a posição da OAB como encabeçadora das ações, analisando que

a gravidade da situação e a indignação que tomou conta dos paranaenses têm feito com que, a cada dia, outros órgãos da sociedade civil associem-se ao esforço pela moralização daquela casa que deveria, a priori, ser um exemplo de comportamento para toda a população. Já são mais de 70 os órgãos signatários, sabendo-se que outros deverão incorporar-se a essa luta que passou a ser do povo paranaense (Glomb, 2010b: 5).

Tal citação, extraída de um artigo assinado por Glomb e publicado no jornal da OAB Paraná, é seguida de uma propaganda conclamando os paranaenses a participarem do movimento, posteriormente publicada na Gazeta do Povo (Anexo 1).

O movimento O Paraná Que Queremos, em tese, propõe-se a cobrar das entidades de instância política ética e transparência. Segundo Gohn, a busca pela ética na política é um dos pontos que se destacam nos

movimentos sociais no século XXI, que estão retornando à cena e à mídia.

Ao reivindicarem ética na política e, ao mesmo tempo, exercerem vigilância sobre a atuação estatal/governamental, eles orientam a atenção da população para o que deveria ser dela e está sendo desviado, para o tratamento particular que supostamente estaria sendo dado a algo que é um bem público, como os impostos arrecadados da população estariam sendo mal gerenciados etc (Gohn, 2007a: 16)

Tais movimentos, agindo a partir de uma agenda emancipatória, são enquadrados como *progressistas*, uma vez que “fazem diagnósticos sobre a realidade social e constroem propostas” (Gohn, 2007a: 14). Os movimentos progressistas lutam pela inclusão social e constituem e estimulam o *empowerment* de atores da sociedade atuando em rede, que são

estruturas da sociedade contemporânea globalizada e informatizada. Elas se referem a um tipo de relação social, atuam segundo objetivos estratégicos e produzem articulações com resultados relevantes para os movimentos sociais e para a sociedade civil em geral (Gohn, 2007a: 15)

Inicialmente organizado pela OAB, o movimento O Paraná Que Queremos agregou em seu corpo de atores diversas entidades sindicais, associações de moradores, associações de profissionais e de bairro e indivíduos da esfera privada, formando uma rede de representatividade, uma vez que, por exemplo, um sindicato que adere uma determinada causa, em hipótese, amplia o número de defensores daquela causa na mesma proporção do número de seus associados.

1.3 Esfera Pública

Pressupondo a causa (as reportagens da Gazeta do Povo) e o consequente efeito (a criação do movimento O Paraná Que Queremos), faz-se necessário um estudo da influência das reportagens na criação do referido movimento social. A investigação pretende trazer à luz a influência

da mídia na criação e mobilização da sociedade civil, movimentos sociais e esfera pública, sendo esta, segundo Habermas, um espaço virtual entre o público e o privado, em que este delibera, por meio de necessidades e pleitos do âmbito privado, questões de repercussão e influência geral, ou fundamental à sociedade, resultando ou impactando na opinião pública (Habermas, 2003), uma vez que

em sociedades complexas, a esfera pública forma uma estrutura intermediária que faz a mediação entre o sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo da vida e sistemas de ação especializados em termos de funções, de outro lado (Habermas, 1997: 107)

A esfera pública comporta, ou deveria, em hipótese, comportar temas cuja significância seja ampla à população ou à sua maioria, sendo que “há coisas que não podem suportar a luz implacável e crua da constante presença de outros no mundo público; neste, só é tolerado o que é tido como relevante” (Arendt, 1999: 61). Por outro lado, questões relacionadas à esfera privada podem ganhar repercussão e visibilidade na esfera pública, sendo que “não significa que as questões privadas sejam geralmente irrelevantes; pelo contrário, [...] existem assuntos muito relevantes que só podem sobreviver na esfera pública” (Arendt, 1999: 61). Para Arendt, a esfera pública age não só como forma de pleito do indivíduo e da sociedade, mas como uma conexão entre indivíduos, já que ela, a esfera pública,

reúne-nos na companhia uns dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer. O que torna tão difícil suportar a sociedade de massas não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos não é este o fator fundamental; antes, é o fato de que o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e de separá-las (Arendt, 1999: 62)

Com essa união e organização dos cidadãos, a esfera pública “frequentemente debate problemas coletivos e o que deveria ser feito a res-

peito, e se organizam de forma a influenciar os elaboradores de políticas públicas⁵” (Young, 2000: 177). Além de expor

poderosos atores e instituições que escarafunchem e critiquem o poder público, então, são um meio importante para quebrar o círculo em que, graças à visibilidade social e econômica e à oposição, pessoas relativamente de pouco poder ganham um grau de credibilidade política que contribui para a mudança social ou econômica⁶ (Young, 2000: 176)

A exposição do poder de determinados atores públicos pela **esfera pública** pode ajudar na contenção deste poder, já que “às vezes, desnudar o poder reduz o dano potencial que o poderoso pode causar”⁷ (Young, 2000:175). A exposição pública por meio da **esfera pública** pode gerar um certo constrangimento, ou vergonha pública, no ator alvo dos pleitos da **esfera pública**, e esse “embaraço público é por vezes a única arma que os fracos possuem diante dos agentes econômicos privados, mas não raro essa é uma arma poderosa”⁸ (Young, 2000: 176).

Uma sociedade com uma **esfera pública** livre “publicamente devassa agentes e instituições poderosas, é difícil para tais agentes agir em de forma claramente egoísta às custas de terceiros”⁹ (Young, 2000: 175). Outros fatores de suma importância para a **esfera pública** são a comunicação e a visibilidade ante à sociedade, pois,

⁵often debate collective problems and what should be done about them, and organize to influence the policy-makers (Young, 2000: 177, traduzido por Rafael Moro Martins)

⁶powerful actors and institutions to public scrutiny and criticism, then, is an important means of breaking the circle by which social and economic exposure and opposition relatively powerless people sometimes gain a degree of political accountability that contributes social or economic change (Young, 2000: 176, traduzido por Rafael Moro Martins)

⁷sometimes, exposing power itself reduces the potential harm the powerful can do (Young, 2000: 175, traduzido por Rafael Moro Martins)

⁸Public shame is sometimes the only weapon the weak have against private economics actors, but sometimes that weapons is powerful (Young, 2000: 176, traduzido por Rafael Moro Martins).

⁹Publicly scrutinizes powerful agents and institutions, it is difficult for these agents to act in obviously self-serving ways at the expense of others (Young, 2000: 175, traduzido por Rafael Moro Martins)

As democracias modernas não podem prescindir de uma arena de participação política, onde as ideias, as alternativas, as opiniões e outras formas de discurso traduzam a atividade dos movimentos sociais e da sociedade civil como uma ação colectiva, trazendo à discussão questões que tenham sido até esse momento excluídas, ou pelo menos marginalizadas. O espaço ocupado por essas interações – localizado entre o Estado e a sociedade – não é uma instituição política nem uma instituição social, mas uma instância onde estas instituições são vigiadas e a sua legitimidade é comunicada de uma forma racional e crítica, mantendo sempre uma ligação ao que a sociedade civil assinala como importante (Silverinha, 2010: 33)

Apesar de suma importância para a **esfera pública**, a comunicação, dependendo de sua formulação e aplicação, pode gerar conflitos ideológicos e promoção de desigualdade de representação, sendo que a mídia está muitas vezes suscetível à interesses mercadológicos. Ou seja,

uma vez que a comunicação é mediada, a igualdade universal não pode mais ser garantida. Mesmo numa situação de comunicação face a face foi há muito admitido que o acesso desigual ao aprendizado de fórmulas de manipulação retóricas poderia influenciar (e de fato influenciou) o debate democrático. Mas, em situações de comunicação mediada, o acesso a canais e meios de comunicação depende da mobilização de recursos materiais escassos, cuja distribuição depende justamente das estruturas de poder económico e político que os processos democráticos de debate buscam controlar¹⁰ (Garnham, 1992: 365)

¹⁰Once communication is mediated, these universal equalities can no longer be guaranteed. Even in a situation of face-to-face communication it was early recognized that unequal access to the learned manipulative skills of rhetoric could and did influence the outcome of democratic debate. But in a situations of mediated communication, access to both channel and means depends upon the mobilization of scarce material resources, the distribution of which is dependent upon the very structures of economic and political power that democratic processes of debate were intended to control (Garnham, 1992: 365, traduzido por Rafael Moro Martins)

Além disso, nunca houve confrontação com os problemas de representação provenientes do funcionamento dos meios de comunicação, sendo nosso pensamento em relação a este, segundo Garnham, “ainda muito preso dentro de um paradigma de comunicação individual direta cara-a-face” (Garnham, 1992: 367). Sendo assim, é necessário

para construir sistemas de controle democráticos integrados com sistemas de comunicação compatíveis sobre os quais decisões políticas ou econômicas terão impacto. Se o impacto é universal, então tanto os sistemas político e de mídia devem ser universais. Neste sentido, uma série de esferas públicas autônomas não é suficiente. Deve haver uma única esfera pública, ainda que desejemos concebê-la como uma série de esferas subsidiárias, cada qual organizada a partir da própria estrutura política, sistema de comunicação, regras e interesses. Então, mesmo que aceitemos que o debate dentro da esfera pública é coalhado de controvérsias e, em muitos casos, pode ser dirigido à busca da discordância, e não do consenso, ainda nos defrontamos com o inevitável problema de traduzir o debate em ação¹¹ (Garnham, 2000: 371)

Assim, o movimento O Paraná Que Queremos, em sua proposta de reunir a sociedade, ou parte dela que se faça querer participar, nas discussões de questões privadas, pode atuar como revitalizador da esfera pública, tendo em vista que “a esfera pública retira seus impulsos da assimilação privada de problemas sociais que repercutem nas biografias particulares” (Habermas, 1997: 98).

¹¹to construct systems of democratic accountability integrated with media systems of matching scale that occupy the same space as that over which economic or political decisions will impact. Of the impact is universal, the both the political and media systems must be universal. In this sense, a series of autonomous public spheres is not sufficient. There must be a single public sphere, even if we might want to conceive of this single public sphere as made up of a series of subsidiary public spheres, each organized around its own political structure, media system, and set of norms and interests. Thus even if we accept that debate within the public sphere is riven with controversy and in many instances may be directed at agreeing to disagree rather than toward consensus, we are still faced with the unavoidable problem of translating debate into action (Garnham, 2000: 371, traduzido por Rafael Moro Martins)

Atreladas as reportagens à origem do referido movimento, e à consequente influência na formação da opinião pública por meio das discussões da esfera pública, resta identificar o real propósito daquelas com a consequência desta última, levando em consideração que a sociedade mobilizada pode influenciar na mudança de direção política do Estado, já que “ela pode influir indiretamente na autotransformação do sistema político constituído com um Estado de direito. Quanto mais, ela também pode influenciar a programação desse sistema” (Habermas, 1997: 105). Conforme já apontado no presente trabalho, o jornal, como instituição do capital privado, representa e defende interesses de seus donos e pares. Por outro lado, atores da esfera pública também podem se utilizar de movimentos para atender interesses próprios e autopromoção política, já que “na esfera pública luta-se por influência, pois ela se forma nessa esfera pública” (Habermas, 1997: 95), além disso,

atuantes na esfera pública – emissoras de televisão (Tvs), rádios, jornais, revistas e portais – são, contudo, em larga medida empresas privadas que, desse modo, objetivam o lucro e, mais ainda, agem segundo a lógica e os interesses privados dos grupos sociais que representam. Embora a ação da mídia seja complexa (...) estas características são cruciais para uma definição inicial da relação entre agentes privados e esfera pública. Afinal, se todos os possuidores de poder precisam ser responsabilizados, a exemplo dos agentes públicos e de outros agentes privados, para os quais há meios de fiscalização, e se a atuação dos órgãos da mídia pressupõe a lógica privada, a questão que se coloca é como compreender a sua atuação na esfera pública, na qual a democracia é elemento-chave (Fonseca, 2010: 9)

Desta forma, faz-se importante realizar a distinção dos propósitos dos atores da esfera pública, entre os que se inserem com o intuito de fazer valer os pleitos da sociedade, e aqueles que objetivam seus pleitos e interesses próprios em detrimento dos da população.

2 METODOLOGIA

Para a produção do trabalho, foi realizada, primeiramente, pesquisa bibliográfica, para levantamento teórico e definição de conceitos para nortear as análises das pesquisas. Depois foi realizada análise documental do conjunto de reportagens “Diários Secretos”, publicadas pela Gazeta do Povo em parceria com a RPCTV, do início da divulgação, em 6 de março de 2010, a 30 de maio do mesmo ano, época em que o movimento O Paraná Que Queremos já estava consolidado. Para esclarecimento, foram analisados no presente trabalho apenas as reportagens veiculadas em mídia impressa, ou seja, pela Gazeta do Povo, escolhidos tanto pela facilidade em se obterem os arquivos e em se trabalharem e analisarem os documentos impressos, quanto pela perenidade proporcionada pelo jornal impresso, uma vez que este, ante a efemeridade da televisão,

é amplo e universal. Naquele pequeno espaço, sem os percalços do tempo, ele retrata a vida em todos os seus aspectos. A leitura por alguns minutos da primeira página, ou a concentração mais atenta por uma ou mais horas seguintes, são escolhas que cada um pode fazer. O leitor governa a leitura do seu jornal; vale dizer, ele não está à sua mercê. Mas a amplitude que tem dos acontecimentos é a mesma. O seu fácil manejo e relativa perenidade permitem que seja guardado por momentos, horas ou dias. (Dines, 1986: 78)

Os documentos, segundo Cellard, “permitem acrescentar a dimensão de tempo à compreensão do social” (Cellard, 2008: 295), além disso, Kelly, citado por Cellard, enfatiza que a análise documental é

“um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência – a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador – do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados, anulando a possibilidade de reação do sujeito à operação de medida” (Kelly *apud* Cellard, 2008: 295)

A pesquisa documental

assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (Gil, 1999: 65)

Por meio de análise do discurso, foram investigados nos textos elementos que podem ter influenciado a criação do movimento. Em vez da análise de conteúdo, cuja definição de Berelson, citado por Bardin, afirma que a “análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (Berelson *apud* Bardin, 1977: 20), remetendo apenas ao conteúdo dito no texto, será utilizada a análise do discurso, cujo propósito atende também o não dito no texto, uma vez que,

como seu próprio nome indica, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é, assim, palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (Orlandi, 2000: 15)

Ou seja, com a análise do discurso se buscou o não dito no papel de quem fala, da instituição que comunica, a quem se quer falar, em que ambiente está inserido aquele que fala etc, já que a análise do discurso “considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer” (Orlandi, 2000:16), pois,

numa realidade social como a nossa, em que se é obrigado a reconhecer que sempre se ocupam determinadas posições (e não outras) no conflito constitutivo das relações sociais, não se pode fazê-lo neutramente, ou seja, sob a ilusão de

que não se está tomando posição nenhuma. Desse modo, a análise do discurso procura problematizar continuamente as evidências (enquanto evidências) e explicitar o seu caráter ideológico (Orlandi, 1987: 13)

Isso posto, deve-se levar em consideração que o “funcionamento do discurso [...] é a atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidade específica” (Orlandi, 1987: 125). O discurso, no texto, torna-se uma via de mão dupla na construção da identidade do enunciante, sendo, portanto, para a análise, necessário “ressaltar a importância dessa duplicidade na noção de sujeito que será considerado tanto produtor como produto do discurso no momento em que sua existência se apresenta” (Lozano; Peña-Marín; Abril, 2002: 100).

O que se busca com a análise do discurso é o esclarecimento de discursos de persuasão presentes no texto e no que o veículo representa. No entanto, tal pesquisa não se restringe apenas à análise sintática e semântica do texto, uma vez que o texto pode ser analisado por dois vieses. No primeiro caso, serão analisados seus mecanismos sintáticos e semânticos, ou seja, a sua forma. No outro viés, pode-se analisar os mecanismos presentes fora do texto, percebendo-o como “objeto cultural, produzido a partir de certas condicionantes históricas, em relação dialógica com outros textos” (Fiorin, 2005: 10). O que se pretende, em termos, é analisar quais formas, estratégias e magnitude da persuasão estão presentes nas reportagens, uma vez que

a finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso, o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite. Por isso, ele é sempre persuasão. Nesse jogo de persuasão, o enunciador utiliza-se de certos procedimentos argumentativos visando a levar o enunciatário a admitir como certo, como válido o sentido produzido (Fiorin, 2005: 75)

A importância das análises documentais estão vinculadas ao fato de proporcionarem a eliminação, em parte, de determinadas influências do

pesquisador sobre o sujeito. Apesar dessa redução de influência, há o fato de que as informações contidas nos documentos circulam “em sentido único; pois, embora tagarela, o documento permanece surdo, e o pesquisador não pode dele exigir precisões suplementares” (Cellard, 2008: 295).

Após o levantamento documental e realizadas as devidas análises, como complemento, foram feitas entrevistas em profundidade com os jornalistas que investigaram as denúncias e produziram o conjunto de reportagens, uma vez que “enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informação acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam (Gil, 1999: 117).

O objetivo foi descobrir a origem da pauta, a forma como foi realizada a investigação, quais elementos foram primados, qual estrutura e direção, caso tenham havido, forem recebidos dos editores do jornal. A utilização da entrevista em profundidade, em vez de possibilitar respostas aos questionamentos por meio de opções pré-formuladas, “visa obter do entrevistado o que ele considera os aspectos mais relevantes de determinado problema; as suas descrições de uma situação de estudo (Richardson, 1989: 161).

A escolha da entrevista em profundidade para o presente trabalho foi vinculada à proximidade que oferece entre pesquisador e entrevistado, da possibilidade de direcionamento de questões com o surgimento de novas informações, e da leitura presente fora das informações formalmente oferecidas pelo entrevistado, já que

a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada” (Cruz Neto, 2000: 57)

Tendo em vista que o conteúdo das respostas é impreciso e pode proporcionar caminhos diferentes de formulações de perguntas e de direcionamento da entrevistas, foi utilizada a técnica da *entrevista guiada*,

que permite ao entrevistador “utilizar um *guia* de temas a ser explorado durante o transcurso da entrevista. As perguntas não estão pré-formuladas” (Richardson, 1989: 163), ou seja, foram realizadas durante a entrevista com ordem de temas estabelecidos de acordo com o conteúdo das respostas. A entrevista guiada

é utilizada particularmente para descobrir que aspectos de determinada experiência (exemplo, um filme, uma campanha social, um programa de televisão etc) produzem mudanças nas pessoas expostas a ela. O pesquisador conhece previamente os aspectos que deseja pesquisar e, com base neles, formula alguns pontos a tratar na entrevista. As pesquisas dependem do entrevistador, e o entrevistado tem a liberdade de expressar-se como ele quiser, guiado pelo entrevistador (Richardson, 1989: 165)

Como sugestão de procedimento para a formulação da guia da entrevista, Richardson (1989: 166), afirma que o pesquisador deve se colocar na posição do entrevistado, e “se existem temas delicados para tratar, devem ser formulados ao final da entrevista, supondo-se que exista melhor comunicação entre entrevistado e o entrevistado no transcurso da entrevista”.

A entrevista guiada, no entanto, acaba sendo um pouco difícil de ser realizada por se tratar de uma forma de entrevista em que não há formulação de perguntas previamente, principalmente quando o pesquisador deve estar atento ao fato de evitar que as perguntas formuladas de pronto não podem direcionar respostas, “em outras palavras, deve-se evitar perguntas dirigidas” (Richardson, 1989: 198). Obtidos os resultados da entrevista e da análise dos documentos, foram realizadas entrevista e pesquisa documental de publicações que remetam à criação, estrutura diretiva e *modus operandi* do movimento O Paraná Que Queremos. Em tais documentos, além do mapeamento da formalização e funcionamento do movimento, serão pesquisados elementos que corroborem ou refutem a ligação das publicações das reportagens à origem do movimento.

Findo o levantamento documental do movimento, foi realizada entrevista em profundidade com o presidente da Ordem dos Advogados

do Brasil, seccional Paraná, José Lucio Glomb. Como dirigente da instituição que encabeçou a criação e ações do movimento, foram fundamentais para o presente trabalho as informações obtidas dele, tendo em vista sua direta ligação com a criação do movimento, uma vez que na organização são refletidas posições e decisões de seus dirigentes. Depois de coletadas todas as informações das análises de discurso das publicações e entrevistas com os jornalista da Gazeta do Povo envolvidos nas produções das matérias e com o presidente da OAB, surgiu, de uma fonte externa, a informação de que houve estreita relação entre a GRPCOM, empresa de comunicação que gerencia a Gazeta do Povo e a RPCTV, com o movimento O Paraná Que Queremos. Tal envolvimento se daria por meio do Departamento de Marketing e Comunicação Empresarial da empresa. Por isso, foi realizada entrevista em profundidade com a gerente de comunicação do Grupo GRPCOM, Carmem Murara. As informações obtidas na entrevista com Carmem mudou o rumo da interpretação da relação entre a OAB e o movimento, pois esclareceu-se, com a entrevista, que a iniciativa de criação do movimento deu-se em conjunto entre a OAB e o GRPCOM, sendo a OAB, sob critérios de visibilidade e proximidade com questões relacionadas à legislação, escolhida para encabeçar o movimento. Após todo esse procedimento, foram organizadas e cruzadas as informações das análises documentais e das entrevistas, com vistas a descobrir e mapear as influências das reportagens na criação do movimento, à luz da teoria do agendamento, do *gatekeeper* e das concepções de movimentos sociais, de Gohn, e de esfera pública, de Habermas. O que se percebeu, ao final de toda a pesquisa realizada para ao presente trabalho, é que características dos textos publicados na série de reportagens Diários Secretos, como repetição do nome de acusados, publicação diária e aparição sucessiva de novos escândalos auxiliaram numa crescente insatisfação pública que influenciou, posteriormente, a criação do movimento. No entanto, o surgimento do O Paraná Que Queremos também está atrelado a uma ação institucional da GRPCOM, realizada em parceria com a OAB e demais entidades da sociedade civil.

3 DAS PUBLICAÇÕES DOS DIÁRIOS SE- CRETOS À FORMAÇÃO DO MOVIMEN- TO O PARANÁ QUE QUEREMOS

Em março de 2010, a Gazeta do Povo, em parceria com a RPCTV, iniciou a publicação de uma série de reportagens intituladas “Diários Secretos”, que iriam denunciar irregularidades ocorridas na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) envolvendo diretores e deputados. Publicadas diariamente no jornal impresso e veiculadas na TV, as reportagens geraram, além de discussões públicas, manifestações da sociedade civil pela transparência e ética na política paranaense e substituição da mesa diretiva da Alep. Uma dessas manifestações é o movimento O Paraná Que Queremos, que, encabeçado pela OAB seccional Paraná, chegou a reunir, em 8 de junho de 2010, cerca de 16 mil pessoas na Boca Maldita, reduto histórico de manifestações populares em Curitiba. O objetivo das análises e entrevistas que se seguem é identificar a relação das publicações dos Diários Secretos no jornal Gazeta do Povo com a criação do movimento O Paraná Que Queremos.

3.1 Análise das Publicações dos Diários Secretos

A Gazeta do Povo é o jornal impresso de maior circulação no Paraná, com abrangência estadual e tiragem média de 50 mil exemplares de segunda à sábado, e 120 mil exemplares no domingo. O jornal foi fundado em 3 de fevereiro de 1919 por Benjamin Lins e Oscar Joseph de Plácido e Silva. Atualmente, o jornal é dirigido por Ana Amélia Cunha Pereira Filizola, Guilherme Döring Cunha Pereira e Mariano Lemanski.

No dia 16 de março de 2010, a Gazeta do Povo iniciou uma série de reportagens intitulada “Diários Secretos”, que denunciaram desvio de dinheiro público e contratações irregulares de funcionários na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep).

Como o objetivo do presente trabalho é descobrir de que forma essas publicações influenciaram a criação do movimento O Paraná Que Queremos, fez-se necessária a pesquisa das matérias, para identificar e mapear características que possam ter motivado o início da mobilização pela criação do movimento. Como metodologia foi adotada a Análise

de Discurso (AD), uma vez que tal metodologia trata o discurso, que “tem em si a ideia de curso [...] O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (Orlandi, 2000: 15). Além disso, a AD, além de fornecer um resultado textual da análise discursiva de um determinado documento, pode propôr também resultados numéricos, tendo em vista que a AD

Pode-se trabalhar, na perspectiva da análise de discurso, com unidade de vários níveis – palavras, sentenças, períodos etc – sob o enfoque do discurso. Isso não significa que essas unidades não tenham a especificidade de seu nível – isto é, lexical, morfológico, sintático, semântico – mas sim que a perspectiva discursiva também é constitutiva delas, também fornece dados (Orlandi, 1987: 116)

Para tanto, foram analisadas as matérias publicadas entre 16 de março de 2010, início das divulgações dos Diários Secretos, a 10 de maio de 2010, época em que houve as primeiras inserções midiáticas da campanha da OAB conclamando a sociedade à participar do movimento O Paraná Que Queremos. Ao todo, foram 200 inserções, dentre matérias correlatas e notas jornalísticas, em 56 edições impressas no período elencado.

Para o início da análise, foi montado um protocolo que buscou nortear a pesquisa, sendo, neste formato, incluídos campos de mapeamento referentes a: *fontes externas*, em que foram identificadas e mapeadas as aparições de especialistas consultados pelo jornal para comentários e opiniões acerca das publicações, *aparicação de acusados*, em que foram inscritas as aparições de pessoas acusadas pelo jornal por envolvimento com as denúncias, *cadência de informações*, campo em que foram inseridas novas informações provenientes das matérias, conforme ocorriam as publicações; e forma de aparição do jornal e equipe, em que foi identificada e mapeada a forma como os jornalistas e veículos envolvidos nas matérias eram apresentados nas publicações.

Importante salientar que as publicações dos Diários Secretos foram diárias, ou seja, houve publicações em todos os 56 dias do período analisado neste trabalho, sendo que apenas nos dias 11, 12, 23 e 30 de abril não houve chamada nas capas das publicações.

3.1.1 Fontes externas

A análise das fontes externas, ou seja, especialistas sem qualquer envolvimento com as denúncias ouvidos pelo jornal para externar opinião sobre as publicações, não apresentou número expressivo em predominância de aparição. Ao todo houve 66 inserções de fontes externas nos 56 dias de publicações analisados.

A fonte que teve mais aparições foi o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraná, José Lucio Glomb, citado como fonte externa em seis publicações, seguido do presidente da Associação dos Juízes Federais do Paraná (Apajufe), Anderson Furlan, que apareceu como fonte em quatro publicações.

O procurador e coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Patrimônio Público (Caop), Arion Rolim Pereira aparece em cinco das publicações analisadas. No entanto, a Caop começou a participar das investigações das irregularidades denunciadas pelo jornal. Desta forma, há descaracterização da aparição de Arion como fonte externa, uma vez que houve, posteriormente, envolvimento direto com as denúncias. Vale apontar que as matérias consultando especialistas foram, em sua maioria, publicadas em dias em que não houve matérias com dados novos.

3.1.2 Acusados

As aparições dos acusados nas matérias foram se dando aos poucos, sendo que, no primeiro dia da publicação dos Diários Secretos, não houve menção a qualquer pessoa. No entanto, no segundo dia, 17 de março, o então diretor-geral da Alep, Abib Miguel, já foi apresentado como envolvido nas contratações irregulares na Assembleia.

As formas de aparições das denúncias a Abib Miguel eram em torno de uma suposta rede de influências que o então diretor-geral da Alep tinha na Casa. A primeira matéria que apresentou a acusação a Abib, intitulada “O todo-poderoso”. Apresentava o então diretor-geral como homem forte da Assembleia, começando pelo título, que sugere uma possível forte influência que Abib realiza na Alep. Todas as demais matérias que fazem menção ao então diretor-geral, apresentam-no como pivô de uma quadrilha responsável pelas irregularidades relativas à contratação de funcionários fantasmas e desvio de dinheiro público.

No dia 23 de março o então diretor-administrativo da Alep, José Ary Nassiff, é apresentado como sócio de Abib em uma empresa e como diretor do segundo departamento da Assembleia que mais fez contratações entre 2006 e 2008. A partir dessa publicação, Nassiff será apresentado em praticamente todas as posteriores reportagens que tenham menção à rede de influências de Abib Miguel.

No dia 1.º de abril, é citado um novo nome nas publicações, o diretor de pessoal da Alep, Cláudio Marques da Silva, acusado de ter envolvimento direto nas contratações e de ser peça central da investigação do Ministério Público sobre as denúncias das reportagens Diários Secretos, uma vez que Silva seria o responsável por pagamentos e assuntos relacionados a servidores e cargos comissionados da Casa. O nome do então diretor de pessoal também é agregado aos dos então diretores geral e administrativo da Alep nas matérias posteriores.

Na publicação da Gazeta do Povo de 6 de abril de 2010, é mostrado o primeiro envolvimento direto de um deputado estadual com as acusações de irregularidades na Casa, sendo ele o presidente da Alep, deputado estadual Nelson Justus, primeiramente acusado de ser sócio da filha de Abib Miguel e de José Ary Nassiff em uma emissora de rádio em Paranaguá. Justus, então, começa a aparecer como acusado de ter rede de influências na Alep com funcionários fantasmas e parentes contratados na Assembleia. O então presidente da Casa também é agregado ao rol de acusados nas publicações posteriores. Foram descartadas das análises finais das matérias nomes de funcionários fantasmas e pessoas acusadas com envolvimento pontual, ou seja, com aparição em uma ou duas publicações, como alguns familiares dos então diretores e presidente.

Conforme apresentados acima os principais dados obtidos das análises, verifica-se que não houve apresentação de acusações em massa, e sim aparição de envolvidos em publicações que respeitaram um intervalo irregular de tempo. Vale ressaltar que, uma vez apresentados como acusados em alguma publicação, os envolvidos são mencionados, quase diariamente, em relação a novos fatos publicados ou em resgate para situar os leitores sobre os acontecimentos publicados anteriormente.

3.1.3 Cadência de informações

Da mesma forma verificada nas aparições dos acusados, os acontecimentos, ou seja, os dados novos apresentados pelo jornal nas publicações das reportagens dos Diários Secretos, não foram apresentados de uma só vez e sim de forma cadenciada. Conforme mencionado na análise das fontes externas, houve um espaço de dias entre um fato novo e outro. Mesmo assim, houve publicação diária, tendo ou não um fato novo a ser divulgado.

Todas as acusações sobre as redes de influências e ligações das contratações irregulares são anunciadas como originárias das análises dos 724 Diários Oficiais que a Gazeta do Povo e a RPCTV alegam ter em posse. No entanto, houve publicações de fatos que não estavam previstos nos Diários, como anúncio de investigação interna da Alep, abertura de inquérito pelo Ministério Público. Tais acontecimentos foram apresentados conforme ocorriam, não sendo suas divulgações controladas por processos de planejamento editorial.

As informações apresentadas nas edições analisadas para o presente trabalho seguiram a seguinte lógica: em primeiro lugar, divulgação da existência de irregularidades na Alep relacionadas a contratação de funcionários fantasmas e a publicação ilegal de Diários Oficiais sem número e data de registro, nominados como Diários Avulsos, anunciados pela Gazeta como forma adotada pela “quadrilha” acusada de tentar maquiagem os desvios de dinheiro público. Em segundo lugar, houve aparição de rede de influência do então diretor-geral, Abib Miguel, e sua relação com funcionários fantasmas. Em terceiro lugar, acusação de excesso de funcionários na Alep, sobretudo nos departamentos administrados pelo diretor-geral, diretor-administrativo e pelo primeiro-secretário. Posteriormente, divulgação do envolvimento do então diretor-administrativo, José Ary Nassiff, com Abib e rede de influências, seguido da divulgação da acusação do então diretor de pessoal da Alep, Cláudio Marques da Silva. Por fim, há a publicação nas matérias analisadas para o presente trabalho do envolvimento do então presidente da Assembleia, Nelson Justus com a suposta rede de influências de Abib Miguel e com funcionários fantasmas e contratação de familiares em cargos públicos na Alep.

3.1.4 Forma de aparição do nome do jornal e equipe de redação

Em 112 das 200 matérias relacionadas a série de reportagens Diários Secretos, a Gazeta do Povo, juntamente com a RPCTV, foram apresentadas no meio do texto, sempre em negrito. A maioria das aparições denotavam a autoria das acusações e a magnitude do trabalho desenvolvido pelos veículos jornalísticos.

A análise das aparições da Gazeta do Povo e da RPCTV nos textos das reportagens pesquisadas para o presente trabalho sugere, além da conclamação da autoria das denúncias, uma tentativa de transferir credibilidade às acusações e, em determinadas publicações, autopromoção dos veículos, como permite supor a análise da matéria intitulada *Investigação de dois anos*, publicada no dia 16 de março, em que a Gazeta do Povo alega que os Diários Oficiais, adquiridos por meio de uma fonte interna da Alep, permitiu descobrir suspeitas de irregularidades e de “má-fé no uso do dinheiro público, além de um verdadeiro quadro de desorganização da Casa. Um retrato das sombras que encobriram, durante décadas, os atos da administração da Assembleia” (Investigação, 2010:15).

A exaltação da Gazeta do Povo no interior das matérias também é vinculada ao suposto impacto que as denúncias tiveram na sociedade, como em matéria intitulada *Escândalo gera mobilização no Twitter*, em que a Gazeta do Povo alega que “a série de reportagens com denúncias da existência de atos secretos e funcionários fantasmas na Alep mobilizou centenas de usuários do microblog Twitter” (Escândalo, 2010: 17), e na Alep, conforme anunciado na matéria *Em dia tenso, diário on-line é visto como saída por deputados*, do dia 17 de março, ao afirmar que “o assunto principal era para ser o reajuste do funcionalismo público, mas o que dominou a sessão de ontem na Assembleia Legislativa do Paraná foi a repercussão das denúncias feitas pela Gazeta do Povo” (Em Dia, 2010: 18), e na matéria *Justus silencia e deputados evitam criticar Abib Miguel*, publicada no dia 18 de março, um dia após a matéria anterior, em que anuncia “silêncio e temor. Foi assim a reação dos deputados estaduais do Paraná diante das denúncias levantadas pela Gazeta do Povo” (Justus, 2010: 16).

3.2 Da Pauta à Impressão da Série de Reportagens Diários Secretos

A série de reportagens Diários Secretos, veiculada pela Gazeta do Povo, em parceria com a RPCTV, foi um trabalho desenvolvido em conjunto por quatro jornalistas: Kátia Brembatti e Karlos Kolbach, ambos da Gazeta do Povo, e James Alberti e Gabriel Tabatcheik, da RPCTV.

Tendo em vista que o presente trabalho vislumbra identificar de que forma as reportagens dos Diários Secretos veiculados pelo jornal impresso Gazeta do Povo influenciaram a formação do movimento O Paraná Que Queremos, e levando em consideração que, após as pesquisas e planejamento das pautas, houve diferenciação nas formas de publicação. Conforme afirma Karlos Kolbach, ao indicar que “quando pensa na publicação, aí claro há essa divisão do jornal e TV”, não foram analisados e entrevistados dados e pessoas relacionados às reportagens televisadas, conforme escolha apontada na metodologia do presente trabalho, dado a perenidade do jornal impresso e a facilidade de se obterem e analisarem os jornais impressos. Isso posto, segue-se para o relato e análise das informações, acerca da formação da pauta às impressões das reportagens, obtidos por meio de entrevista em profundidade realizada com os repórteres da Gazeta do Povo Kátia Brembatti¹² e Karlos Kolbach¹³, responsáveis pela apuração e produção das matérias impressas.

De acordo com Karlos, as irregularidades dos diários avulsos e contratações ilegais da Alep eram de conhecimento dos jornalistas há algum tempo, uma vez que, conforme ele explica, “a gente sempre ouviu notícias de irregularidades na Assembleia. Só que nunca fizemos um trabalho com tanta profundidade quanto foi feito desta vez”. Segundo os jornalistas entrevistados da Gazeta do Povo, eles precisavam de comprovações dos rumores, de dados que pudessem embasar as denúncias. Para Karlos, a pauta iniciou após a Alep divulgar, em 2009, uma lista de funcionários da Casa, o que gerou “muitas denúncias [realizadas por leitores] de funcionários fantasmas na lista, assim como

¹²Brebbatti, Kátia. Entrevista realizada em 25 de outubro de 2011, na sede do jornal Gazeta do Povo direto ao pesquisador. Essa entrevista foi gravada e conta com a permissão do entrevistado para a análise neste trabalho.

¹³Kolbach, Karlos. Entrevista realizada em 14 de outubro de 2011, na sede do jornal Gazeta do Povo direto ao pesquisador. Essa entrevista foi gravada e conta com a permissão do entrevistado para a análise neste trabalho.

a televisão também recebeu. E aí a gente ficou sabendo que o James já tava começando um trabalho com Diários Oficiais, tinha conseguido pegar alguns Diários Oficiais”. No entanto, Kátia¹⁴ afirma que a pauta, no jornal impresso, surgiu antes, pois, a pauta

surgiu de forma diferente nos dois veículos. Aqui a gente cobriu o esquema gafanhoto em 2008, que era uma investigação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal sobre uso de funcionários, assim, vários salários. Eles descobriram rastreando o imposto de renda, e de crimes contra o sistema financeiro [...] e descobriram que vários salários caíam numa mesma conta, e não pode, né? Se eu tenho um salário você tem um salário, o meu cai na minha conta o teu cai na tua conta, né? (Brembatti, 2011)

Segundo Kátia, ela foi designada para cobrir uma pauta na cidade de Palmeira, sobre um boia-fria que teve o financiamento de uma casa recusado pela Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) devido a sua alta renda, pois ele estava cadastrado como funcionário da Alep e nem sabia. O boia-fria entrou com um processo contra a Alep em que foi anexada cópia de nomeação e exoneração. Com posse do processo, Kátia mostrou a cópia da nomeação para o boia-fria:

eu mostrei a cópia e disse “você viu a sua nomeação?”. Mostrei a cópia pra ele, e naquela época eles nomeavam várias pessoas no mesmo ato. Então, assim, ato 12, nomeio os funcionários blábláblá para o gabinete tal. Aí falei, então aqui tá teu nome. Daí ele olhou e disse “nossa, mas eu conheço esse aqui de baixo, eu conheço esse aqui, outro” sabe. Tinha mais quatro pessoas de Palmeira naquela, que ele conhecia, naquela lista (Brembatti, 2011).

Após constatar que havia naquela cópia de nomeação indicação de que outros funcionários fantasmas, Kátia tentou, infrutiferamente, pesquisar na Biblioteca Pública do Paraná e na biblioteca da Alep os Diários Oficiais, na busca por outros casos de funcionários fantasmas, até

¹⁴Brembatti, Kátia. Entrevista realizada em 25 de outubro de 2011, na sede do jornal Gazeta do Povo direto ao pesquisador. Essa entrevista foi gravada e conta com a permissão do entrevistado para a análise neste trabalho.

que, chegando na Gazeta do Povo, comentou com os colegas da redação. “Poxa, um diário oficial que não pode ser consultado não é um diário oficial. E nisso Mauri König ouviu eu falando e disse: ”Ah, eu sei de alguém que tem alguns diários”, e falou do James”, jornalista da RPCTV que tinha conseguido, por meio de uma fonte na Assembleia, cópias de Diários Oficiais. Kátia, entrando em contato com James, começou a investigar os Diários. No entanto, o grupo apenas se juntou após a divulgação da lista de funcionários da Alep, em março de 2009, quando, conta Kátia,

começaram a surgir várias denúncias de que ali no meio daquela lista de funcionários tinha funcionários fantasmas. Aí, montou-se um grupo. Era eu e o Karlos [...]. Falaram assim, ó, vamos apurar essas denúncias e tal né. Eu falei, ó, tenho uma forma legal de apurar essas denúncias, que é consultando os Diários Oficiais. Na mesma situação eles estavam lá na TV. Daí um chefe ligou pro outro [...] começou pequeno, se a gente puder trabalhar em parceria, em poucos dias a gente matava aquela pauta. E foi aí que a gente se juntou pra trabalhar, TV e jornal, em abril de 2009, quando teve a lista (Brembatti, 2011).

Com a equipe formada, Karlos afirma que, inicialmente, com a divulgação da lista da Alep, a primeira etapa seria verificar a veracidade da lista, descobrindo “quantos funcionários tinha a Assembleia do Paraná, se aquela lista era verdadeira ou não”, pois, a Gazeta do Povo havia, de acordo com ele, recebido denúncias de que houve uma “limpa de 200, 300 nomes que não poderiam aparecer [...] parentes de pessoas influentes [...] e que não poderiam aparecer, e por isso foram demitidos, e depois seriam contratados, só para não aparecer na lista”¹⁵.

Para isso, os repórteres começaram a trabalhar com os dados dos Diários Oficiais que James havia conseguido com a fonte na Alep. Para Kátia, o processo de levantamento e digitação dos dados foi o mais árduo, pois, eles não tinham *knowhow*, conforme explica Kátia:

¹⁵Kolbach, Karlos. Entrevista realizada em 14 de outubro de 2011, na sede do jornal Gazeta do Povo direto ao pesquisador. Essa entrevista foi gravada e conta com a permissão do entrevistado para a análise neste trabalho.

eu participei de várias palestras sobre bancos de dados nos congressos da Abraji. O James também. E foi ali que a gente foi pegando *know-how*. Mas a gente, como não tinha nada que tivesse sido feito antes, por exemplo, se eu fosse fazer hoje, eu já sei como fazer, na época eu não sabia né, nenhum dos quatro [...] Foi a parte mais exaustiva do trabalho (Bembratti, 2011)

Além da falta de experiência com banco de dados, de acordo com Karlos, o fato de não haver alguma instituição participando da investigação pressionou-os a serem cautelosos e criteriosos nos levantamentos e registros dos dados, pois, “uma coisa é você produzir a informação, como foi o nosso caso, nós produzimos a informação, diferente de você pegar uma operação da Polícia Federal.

Os jornalistas montaram um banco de dados de aproximadamente 20 mil linhas, de acordo com Karlos¹⁶, em que houve “mapeamento de todas as movimentações, então, todos os diários que tinha movimentação de funcionário, exoneração, nomeação, férias, licença a gente digitou”, de movimentações que ocorreram na Alep de 2006 a abril de 2010, período que, segundo ele, abrangia a “todos os diários numerados da Assembleia. Pra trás. A gente tinha diários desde 98, até 2010. Só que, de 98 à 2006, a gente não tinha todos eles numerados”. Com a digitação dos dados dos Diários Oficiais, Kátia afirma que começaram a aparecer repetições de nomes e sobrenomes, e, com os filtros montados no editor do banco de dados, na hora de buscar por determinado campo, como “exonerações no dia tal, [...] daí a gente via todas as exonerações todas juntas”. Tais nomes, de acordo com a jornalista, apareciam novamente em outro Diário, “porque às vezes saía nesse gabinete num diário, depois saía no outro diário, mas quando você ia ver, exoneravam 60 pessoas num determinado gabinete”.

Kátia afirma que o trabalho com os dados fomentaram as pautas para as matérias, ou seja, todas as pautas foram originadas apenas das análises das informações digitadas dos Diários Oficiais, o que, para ela, não seria possível se houvesse uma terceirização da formação do banco

¹⁶Kolbach, Karlos. Entrevista realizada em 14 de outubro de 2011, na sede do jornal Gazeta do Povo direto ao pesquisador. Essa entrevista foi gravada e conta com a permissão do entrevistado para a análise neste trabalho.

de dados, pois, nas ideias para as pautas, “você só via tendo intimidade com os dados. A gente cruzou muitos dados, a gente trabalhou muito com cruzamento de dado, as pautas todas saíram da base de dados, todas elas saíram da base, todas, nenhuma saiu da nossa cabeça “, como exemplo, comenta ela, a repetição de redução de imposto de renda por aposentadoria por invalidez: “A gente falava “nossa, quanta aposentadoria por invalidez”, [...] ninguém cantou pra gente [...] as informações, elas saltavam da planilha assim, na nossa cara”. Segundo os jornalistas, todas as pautas foram planejadas e decididas antes da publicação da primeira matéria que abriria a série Diários Secretos, exceto aquelas que se originaram dos desdobramentos das publicações, conforme afirma Kátia:

a gente tinha uma lista de várias pautas, algumas acabaram não entrando por falta de tempo de fazer, ou porque elas ficaram menores perto do resto que a gente tinha, mas tudo a gente programou a partir da base [...] quando começou a publicação, a gente tava com o material praticamente pronto, material da primeira semana a gente tava praticamente pronto mais ou menos uns dez dias antes de começar as publicações porque a gente tinha muita gente pra ouvir. Né, porque a partir do momento que você abre a história pro primeiro aquilo é um processo em cadeia, [...] a gente sabia que a partir do momento que a gente abrisse pro primeiro a gente não conseguiria mais fazer nenhum tipo de pré-produção, nenhum tipo de apuração mais (Bembratti, 2011)

Como contaram os jornalistas, houve um planejamento das pautas antes mesmo das publicações, sobre o que entraria em determinado jornal em tal dia antes de outra informação. Como, por exemplo, a matéria que abre a série de reportagens Diários Secretos, que é uma denúncia sobre contratação irregular na Alep e impressão de Diários Oficiais que não seguem numeração e data oficiais, chamados assim de Diários Avulsos. Pois, como Karlos afirmou, “tinham os avulsos, que não respeitavam, não tinham data, não tinham sequência, eram impressos a qualquer momento, [...] era através desses diários que eram feitas as

maracutaias”. As publicações da Gazeta do Povo, de acordo com o jornalista, poderiam ser refutadas pela Alep com a impressão de Diários Avulsos, pois, como conta o jornalista, “se você chegava com uma denúncia de que um funcionário era fantasma, eles fabricavam um diário avulso, dizendo: Não esse rapaz tava aqui ano passado e saiu, e você não tinha como contestar, era um documento oficial”¹⁷. Sendo assim, a primeira matéria, bem como todas as demais pautas, foi

estrategicamente pensada para a divulgação. A nossa primeira matéria não era a matéria mais importante, não era a nossa matéria mais forte. Só que foi uma forma de a gente se defender. Por quê? [...] com eles, esses diários avulsos, qualquer matéria que a gente fizesse poderia aparecer um diário oficial desmentindo a nossa matéria (Kolbach, 2011)

De acordo com Kátia, já havia matéria prontas uma semana antes da primeira publicação das reportagens Diários Secretos. No entanto, a escolha da matéria de abertura da série de reportagens Diários Secretos estava ligada a possíveis formas de a Alep tentar desmentir o conteúdo das denúncias que viriam a ser publicadas pela Gazeta do Povo, pois, conforme afirma Kátia, a Alep poderia

publicar um diário de 2005, entendeu, coloco lá: “13 de março de 2005”, coloco lá: “diário avulso”, e não tem contra-prova em lugar nenhum, eu não posso dizer que aquele diário não saiu, ou que eles estão fabricando um diário hoje, é, então, a importância do diário avulso no primeiro dia era [...] como se fosse uma vacina, sabe, do tipo assim: “Ó, não tentem desmentir nossas matérias editando Diários no meio da madrugada, diários avulsos, com datas retroativas, que a gente não vai cair nessa” (Bembratti, 2011)

O planejamento da pauta e publicação, para Karlos, foi estratégico, não só como uma forma de precaução contra possíveis retaliações da

¹⁷Kolbach, Karlos. Entrevista realizada em 14 de outubro de 2011, na sede do jornal Gazeta do Povo direto ao pesquisador. Essa entrevista foi gravada e conta com a permissão do entrevistado para a análise neste trabalho.

Alep, mas também como um planejamento de continuidade e de captação da repercussão, pois “você fazer uma série de sete dias em uma semana só com matéria exclusiva é um trabalho muito grande, e tem os seus malefícios, porque você perde toda a repercussão”¹⁸. Para o jornalista, realizar todas as acusações uma após outra pode interferir na repercussão dela, suprimindo uma ao surgimento de outra. Portanto, ele explica:

nós tínhamos matérias para dar um mês de matérias exclusivas todos os dias, só que chegou uma hora que a gente teve que botar o pé no freio, porque as denúncias estavam se perdendo, entende, então a gente fez uma semana, e a gente meio que deu uma brecada, pra que a repercussão, pra que houvesse a repercussão do caso, porque se não iam achar que a gente vive num mundo de denúncias e que nada é feito (Kolbach, 2011)

De acordo com Karlos, a partir dessa primeira matéria, denunciando os Diários Avulsos, em que “eram feitas as maracutaias” da Alep, começou a publicação de denúncias sobre pessoas envolvidas no esquema de contratações irregulares, sendo que,

A partir daí, a gente começa a fazer a questão da administração. Inicialmente a gente mira no Abib Miguel, depois por tudo os funcionários que a gente encontrou irem para a diretoria geral ou administração, inicialmente a gente não quis envolver os deputados, porque a nossa intenção era primeiro enfraquecer a diretoria para que os deputados ficassem do nosso lado e afastassem aquela diretoria, o que acabou depois não acontecendo, porque o que a gente viu dentro da Assembleia foi um grande corporativismo, ninguém subiu pra falar contra a direção, mas a nossa ideia não era botar tudo no mesmo bolo (Kolbach, 2011)

Ou seja, a estratégia, segundo Karlos, era primeiro publicar as matérias denunciando as pessoas ligadas ao administrativo da Alep, para, em

¹⁸Kolbach, Karlos. Entrevista realizada em 14 de outubro de 2011, na sede do jornal Gazeta do Povo direto ao pesquisador. Essa entrevista foi gravada e conta com a permissão do entrevistado para a análise neste trabalho.

um segundo momento, tentando evitar corporativismo e buscando uma desmobilização de servidores e deputados envolvidos nos escândalos, partir para as denúncias contra os parlamentares.

Conforme apontado nas análises das matérias, houve, em 112 das 200 entradas relacionadas à série de reportagens Diários Secretos, menção do jornal Gazeta do Povo, em negrito, ressaltando a autoria das investigações e denúncias. Para os jornalistas, essa era a forma de, além de marcar o crédito das reportagens, anunciar de quem vinham as denúncias, uma vez que, conforme afirma Karlos, é “diferente de você pegar uma operação da Polícia Federal, que é ter acesso a alguns documentos, e publicar. Ali, o que nós estávamos fazendo era fazendo a informação”¹⁹. Para Kátia, essa é uma prática adotada pelo jornalismo nos casos em que não há respaldo de alguma instituição ou órgão fornecedor de dados e/ou acusações, pois

Não tem Ministério Público pra nos dar respaldo, se tiver alguma informação errada, sabe, não tem ninguém dizendo assim, ó, um órgão oficial dando uma chancela, a gente chancelava isso, então tinha que ser muito cuidadoso, extremamente cuidadoso porque era a gente denunciando. E por isso a referência sempre aos Diários Secretos, porque é a gente, a gente assumindo que a gente que tinha feito apresentando o caso. Mas não teve nada institucional, acho que é meio da prática do jornalismo fazer isso (Bembratti, 2011)

Mesmo com o enorme volume de informações e com a magnitude das denúncias, que envolviam, além de servidores da Alep ligados à administração, deputados estaduais da mesa diretiva da Casa, os jornalistas afirmam que tiveram total autonomia, tanto na apuração dos dados quanto nas escolhas e publicações das pautas. De acordo com Karlos, houve “muita autonomia neste trabalho, muita, muita autonomia, até porque a gente era conhecedor daquilo, então a gente sabia o que a gente tinha e como nós vamos dar”. A única participação de editores

¹⁹Kolbach, Karlos. Entrevista realizada em 14 de outubro de 2011, na sede do jornal Gazeta do Povo direto ao pesquisador. Essa entrevista foi gravada e conta com a permissão do entrevistado para a análise neste trabalho.

e dirigentes do Jornal e da TV foi em acompanhamentos em reuniões, conforme diz Kátia

O que que a gente fazia, a gente tinha reuniões periódicas com os editores [...] eram reuniões onde a gente atualizava a eles sobre o que a gente tinha feito, o que mais a gente tinha encontrado e cada reunião que a gente fazia a gente tinha coisa nova pra contar (Brembatti, 2011)

Porém, Karlos comenta que as reuniões eram apenas para situar os editores e dirigentes dos veículos sobre o andamento das pautas e investigações, e reafirma: “nós tivemos sempre muita autonomia perante esse trabalho [...] eles deram total autonomia pra gente, nunca eles disseram: “Olha, não mexa com essa ou não fale sobre esse”... Autonomia, carta branca”. Além disso, para Kátia, prova de que não houve interferência dos editores e dirigentes dos veículos era de que eles, os quatro jornalistas, tinham “cavado” a notícia, e de que tiveram que, em vários momentos, convencer os editores de que as pautas tinham algum valor em termos de noticiabilidade. Para ela, as reuniões eram “um processo de convencimento mesmo, cada reunião a gente tinha que convencer os editores de que a gente tinha uma história boa, do que a gente já tinha conseguido naquele período de tempo”, e afirma ainda que não houve interferência nem na publicação, pois, segundo ela, a pauta surgiu da base, “ninguém chegou assim e falou: [...] “tem que fazer uma matéria sobre isso”, sabe. A gente ofereceu todas as pautas [...] se o jornal não quisesse publicar, não publicaria”.

Conforme já citado, mesmo sendo as pautas planejadas antes mesmo de se iniciarem as publicações da série de reportagens Diários Secretos, os jornalistas afirmam que não previram a repercussão das reportagens. Karlos comenta: “nunca imaginamos prisões, nunca imaginamos em desvio tão grande como foi”²⁰, e Kátia alega não saber que os Diários Secretos acarretariam afastamento e prisão de diretores e servidores, ou ainda uma mobilização pública como o movimento O Paraná Que Queremos, no qual, segundo eles, não se envolveram, conforme afirma

²⁰Kolbach, Karlos. Entrevista realizada em 14 de outubro de 2011, na sede do jornal Gazeta do Povo direto ao pesquisador. Essa entrevista foi gravada e conta com a permissão do entrevistado para a análise neste trabalho.

Kátia, a respeito da principal manifestação do movimento, ocorrida em 8 de junho na Boca Maldita:

A gente nem foi no dia, primeiro porque era muita gente, a coisa tava meio tensa naquela época, e segundo porque naquele dia a Justiça determinou a soltura do Bibinho, então, enquanto o pessoal estava lá no O Paraná Que Queremos a gente tava fazendo matéria da soltura do Bibinho, então, não deu mesmo pra se envolver. Eu nem sequer assinei o abaixo assinado, nada, porque era meio óbvio, né, o que eu pensava a respeito do assunto, então eu nem assinei nada, a gente olhou, e engraçado é que fora do Brasil, principalmente, o que muitas pessoas comentam é da manifestação, sabe, quando vê as imagens, é a manifestação, porque é muito raro reportagens jornalísticas incitarem isso, então, eles comentam bastante (Brembatti, 2011)

Apesar de afirmar não haver envolvimento com o movimento, Karlos declara acreditar que houve apoio institucional da Gazeta do Povo a O Paraná Que Queremos, afirmando:

A OAB lança esse movimento, um movimento da OAB, não é da RPC, é da OAB, esse Paraná Que Queremos, claro que com apoio, só que mais institucional do que nós ali do jornalismo, foi um momento criado pela OAB, e, acredito que a RPC apoiou tudo, então, é mais institucional, a gente não tem muita relação com isso (Kolbach, 2011)

3.3 Dos Diários ao Movimento o Paraná que Queremos

Da mesma forma que foi declarado pelo jornalista Karlos Kolbach, da Gazeta do Povo, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Paraná, José Lúcio Glomb²¹, também tinha ciência das irregularidades existentes na Alep antes mesmo da publicação dos Diários Secretos, uma vez que, para ele

²¹Glomb, José Lucio. Entrevista realizada em 26 de outubro de 2011, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraná, direto ao pesquisador. Essa entrevista foi gravada e conta com a permissão do entrevistado para a análise neste trabalho.

no Paraná já existia há muito tempo uma conversa de bastidores no sentido das irregularidades que existiam na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. A população comentava isso, as pessoas nas rodas conversavam esse tema, mas, por muitos e muito anos e por muito tempo não se fez nada a propósito desta questão por absoluta falta de prova do que se passava na Assembleia (Glomb, 2011)

Glomb conta que havia falta de provas para que se pudesse atuar de alguma forma contra as ilegalidades, pois não havia publicações corriqueiras de todos os atos da Casa. Foi com a ação da Gazeta do Povo e da RPCTV, com a publicação dos Diários Secretos, que o presidente da OAB afirma ter tido conhecimento das formas e magnitude das ilegalidades cometidas na Alep.

Tivemos o conhecimento disso já no primeiro dia. Antes do lançamento até dessa grande campanha, poderíamos dizer assim, nós tivemos naquele primeiro momento, fomos chamados a nos pronunciar sobre o que acontecia. Efetivamente, de pronto nós nos perfilamos a essa corrente de combate a corrupção, combate os desmandos, a imoralidade (Glomb, 2011)

Glomb conta que foi contatado pela Gazeta antes das publicações das reportagens, uma vez que, conforme afirmou a jornalista Katia Brembati, o jornal já possuía textos prontos dez dias antes de começarem as publicações.

Logo após a primeira publicação do que viria a ser a série de reportagens intitulada Diários Secretos, Glomb²² afirma que a OAB já se pronunciara publicamente no site da instituição repudiando as ilegalidades cometidas na Alep e cobrando ampla investigação. Uma vez que a

força da OAB também se mostra diante de denúncias graves trazidas à tona pela imprensa a respeito de atos secretos e

²²Glomb, José Lucio. Entrevista realizada em 26 de outubro de 2011, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraná, direto ao pesquisador. Essa entrevista foi gravada e conta com a permissão do entrevistado para a análise neste trabalho.

outras irregularidades na administração da Assembleia Legislativa do Paraná. A Ordem foi a primeira instituição a manifestar indignação e a exigir uma apuração rigorosa das autoridades competentes. [...] Desde março, portanto, a Ordem tem sido uma das poucas vozes da sociedade civil a colaborar para que as denúncias de irregularidades na Assembleia Legislativa não caiam no esquecimento (OAB, 2010, p.3)

Desta forma, além das ações relacionadas à cobrança de atitude do Ministério Público do Paraná, a OAB iniciou uma campanha publicitária na TV e nos jornais impressos conclamando a população à manifestação em resposta às denúncias. Tais ações tiveram origem nas publicações das denúncias por parte da Gazeta do Povo, pois, conforme explica Glomb, “é um encadeamento de ações, então, se nós tivéssemos que dizer que se houve uma origem, a origem foi evidentemente a série Diários Secretos”, contando que a série de denúncias influenciaram no “âmbito da opinião pública” (Glomb, 2011).

Para Glomb, além das denúncias em si, as publicações diárias, conforme apontado na análise realizada nas edições pesquisadas para o presente trabalho, auxiliou na criação e adesão do movimento O Paraná Que Queremos, já que essa forma de divulgação diária “foi provocando [...] uma crescente indignação por parte da população”. Glomb acredita que se as denúncias fossem publicadas de uma só vez poderiam ser facilmente esquecidas, em meio a acontecimentos paralelos.

Então, essa sucessão de escândalos que nós vemos por aí, por exemplo, um é esquecido após diariamente, vêm um outro, vêm uma nova notícia e quando você tem uma base consistente de denúncia e inteligentemente foram colocadas ao longo de um determinado tempo houve uma sedimentação da indignação popular, eu acho que essa forma de divulgação foi uma forma então inteligente (Glomb, 2011)

Com o início das publicações das reportagens Diários Secretos, veio a iniciativa da OAB de mobilizar a população paranaense com o que viria a ser o movimento O Paraná Que Queremos, sendo que a Ordem, de acordo com Glomb, foi a entidade que encabeçou o movimento: “a

OAB foi realmente a entidade que liderou e foi chamada a liderar isso, provavelmente porque tomou a iniciativa, partiu na frente nestas questões. Isso não foi por acaso, a Ordem tem esse papel ao longo de sua história”²³.

A campanha deflagrada pela Ordem baseava-se em uma carta, assinada pela OAB, para inserção em veículos impressos, e um vídeo com o conteúdo da carta narrada, para veiculação na TV. A primeira inserção foi realizada na Gazeta do Povo, na publicação do dia 7 de maio de 2010, e na RPCTV também na mesma data. A carta comenta as denúncias dos atos ilegais na Alep e conclama os paranaenses a fazerem parte de um “movimento contra a impunidade e a corrupção”, conforme apela a campanha publicitária impressa (Anexo 1).

De acordo com o presidente da OAB, esse foi um convite às entidades e pessoas que quisessem se manifestar com relação às denúncias realizadas pela Gazeta do Povo e RPCTV. “Nós passamos a fazer um apelo a todas as pessoas deste estado que desejassem efetivamente um estado de mudança com aquilo que acontecia”, alega Glomb. Além disso, o convite buscava a adesão de pessoas e instituições à campanha. “Tivemos uma resposta extraordinária, uma resposta que atingiu mais de 600 instituições de porte extraordinário”, afirma Glomb, contando que o movimento obteve apoio de diversas entidades da sociedade civil, formando, assim,

um grupo heterogêneo, de pessoas de bem, mostrando que a grande maioria das pessoas deseja um Paraná e um Brasil que seja livre dessa situação, e isso eu diria que teve um resultado bom, não diria que teve um resultado excepcional, porque excepcional se muitos desses não tivessem voltado à Assembleia Legislativa (Glomb, 2011)

A adesão ao movimento O Paraná Que Queremos se dava por meio do site [Novo Parana](#), criado pela Ordem para ser o principal meio de comunicação do movimento, que obteve apoio de 91.866 pessoas, 1.507 empresas e 617 entidades da sociedade civil organizada. Os principais

²³Glomb, José Lucio. Entrevista realizada em 26 de outubro de 2011, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraná, direto ao pesquisador. Essa entrevista foi gravada e conta com a permissão do entrevistado para a análise neste trabalho.

objetivos do movimento eram o afastamento da mesa diretiva da Alep, implantação da ética na gestão da coisa pública e aprovação do projeto de lei da transparência. Além disso, conforme afirma o presidente da OAB,

o movimento tinha como objetivo realmente, eu não digo restaurar, mas implementar a ética na política, implementar a ética na administração da coisa pública, fazer com que as pessoas tenham na gestão dos bens públicos, tenham sempre em mente os princípios constitucionais que são da moralidade, da publicidade, o princípio da eficiência, então, eu acho que, entre outro princípios inscritos na carta constitucionais, então nós temos que ver que esse movimento visava e visa, que é um momento permanente que não terminou, vive no dia a dia com o nosso ser, nosso íntimo. Mas é um movimento que busca aí esses valores (Glomb, 2011)

De acordo com o presidente da OAB, não houve ata de registro ou reuniões periódicas do Movimento. Segundo Glomb, houve “poucas reuniões [...] porque houve um crescimento extraordinário de pessoas, são 600 instituições, não havia como fazer uma reunião de todas, seria difícil”²⁴. No entanto, houve ato público do movimento, realizado no dia 8 de junho, na Boca Maldita, em Curitiba. Desta forma, a OAB realizou

uma convocação para um ato público sim, em praça pública, onde nós tivemos mais de 25 mil pessoas na Boca Maldita, e eu diria que foi uma das maiores manifestações da Boca Maldita, e isso numa noite chuvosa, fria de Curitiba, e não pagamos ônibus para ninguém, nós não fizemos, não fomos buscar ninguém em casa, as pessoas foram lá espontaneamente, e se essa espontaneidade ocorreu, e havia esse convite, para que comparecesse com a família, foi

²⁴Glomb, José Lucio. Entrevista realizada em 26 de outubro de 2011, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraná, direto ao pesquisador. Essa entrevista foi gravada e conta com a permissão do entrevistado para a análise neste trabalho.

um movimento pacífico, essa espontaneidade mostra que as pessoas não toleram mais esse submundo da corrupção (Glomb, 2011)

Além das 93.990 pessoas, entidades e empresas, o movimento O Paraná Que Queremos obteve apoio da própria Gazeta do Povo e da RPCTV. De acordo com o presidente da Ordem, o movimento "basicamente foi apoiado pela RPCTV e pela Gazeta do Povo. Embora outros jornais começaram a denunciar também [...] Nunca num tom tão elevado quanto o tom da Gazeta do Povo e da RPCTV".

O apoio seria a disponibilização gratuita de espaço para a veiculação dos materiais da campanha, tanto impressa quanto televisionada. Glomb conta que, apesar de ter sido procurada pelo jornal para externar opinião, a OAB não teve ligação com as discussões das matérias, pois "a Ordem nunca se envolveu nessa questão das matérias, foi uma questão absolutamente dos jornais, dos jornalistas, jamais nós tivemos, apenas em algumas situações que nos entrevistavam, perguntavam sobre nossas posições" (Glomb, 2011).

3.4 Participação Institucional da GRPCOM NO o Paraná que Queremos

Como a Gazeta do Povo é um dos veículos do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM), bem como a RPCTV, algumas ações institucionais são realizadas por departamentos centralizados do grupo, como o de Marketing e Comunicação Empresarial, em que trabalha a jornalista e publicitária Carmem Murara²⁵, que, assim como os demais jornalistas entrevistados para o presente trabalho, afirma que as pautas e publicações da série de reportagens Diários Secretos foram realizadas com total autonomia pelos jornalistas envolvidos e sem qualquer interferência de outro departamento, uma vez que, segundo ela, "ninguém na empresa acompanhou esse processo. Com exceção dos diretores de jornalismo,

²⁵Murara, Carmem. Entrevista realizada em 8 de novembro de 2011, no Departamento de Marketing e Comunicação Empresarial do GRPCOM, direto ao pesquisador. Essa entrevista foi gravada e conta com a permissão do entrevistado para a análise neste trabalho.

dos vice-presidentes [...] só. Ninguém sabia o que tava sendo investigado. Só sabia que era uma coisa grande”.

O Departamento de Marketing e Comunicação Empresarial entrou somente depois que as denúncias dos Diários Secretos estavam publicadas, conforme afirma Carmem, após o jornal receber inúmeros comunicados de leitores externando indignação, uma vez que, a empresa “recebia cartas de leitores dizendo assim: “Isso é uma vergonha, é necessário nos mobilizarmos para limparmos a sujeira na política paranaense, e começamos a receber muito material, muitas cartas, e-mail”. De acordo com a jornalista, a diretoria do jornal esperava que as denúncias por si só resultassem em uma mobilização da sociedade, ou seja, que a população iria “às ruas pedir realmente a queda da mesa diretora da Assembleia, a limpeza da corrupção, o fim dos funcionários fantasmas, enfim, imaginava-se isso. [...] Todo mundo pedia a mobilização pra gente” (Murara, 2011).

Com as cartas e e-mails de leitores e telespectadores, Carmem afirma que o departamento em que trabalha realizou reuniões para “discutir como que agora, nós, como o maior grupo de comunicação do Paraná, o que a gente tem que fazer, e agora vamos levantar essa bandeira? É a gente que tem que dizer pras pessoas irem pra rua?”, pois, segundo ela, para o jornal, o ideal era que a mobilização “brotasse da sociedade. Mas a gente começou a ver que começou a entrar numa apatia. As pessoas queriam, mas não estavam fazendo” (Murara, 2011). Para Carmem, com as denúncias do jornal, “imaginava-se que haveria uma indignação, que seria mais fácil ver as pessoas nas ruas lutando pelo que era de direito, e não foi o que aconteceu”, pois, por meio da leitura das cartas e e-mails que o jornal e TV iam recebendo, percebia-se que, mesmo após o movimento lançado, as pessoas “mandavam e-mail, aí a gente abriu um e-mail [...] e aí as pessoas mandavam pra gente - “Ah, gostaríamos que vocês viessem, que aqui na cidade fosse feita essa manifestação”, diferente do que esperava ela, que afirma: “não, a gente queria que as pessoas [...] montassem. O objetivo era que, as pessoas lá, a gente imaginava que isso seria natural, não foi assim, não transcorreu como se imaginava” (Murara, 2011).

Nesse momento, segundo Carmem, houve uma reunião do vice-presidente do GRPCOM, Guilherme Döring Cunha Pereira, com alguns líderes da sociedade civil, como a OAB, em que surgiu a discussão da

necessidade de mobilizar a sociedade pelo “fim da corrupção, dos funcionários fantasmas, a queda da mesa diretora da Assembleia”. Ou seja, durante a referida reunião, surgindo o assunto das denúncias, “tava se discutindo isso e tal, e ele [Guilherme] disse “poxa, a gente precisa, precisamos fazer alguma coisa. Precisamos, as entidade precisam se mobilizar”, e dali foi que surgiu, da OAB, do grupo”²⁶. Então, surge, elencada para encabeçar o movimento, a OAB, que, de acordo com Carmem, “era até natural que fosse a OAB, porque não teria sentido o grupo GRPCOM fazer, porque aí você tem que relatar as coisas que estão acontecendo, e não ser o agente”. Além disso, para ela, seria uma entidade de livre acesso à população e demais entidades da sociedade civil, uma vez que, conforme afirma, “A OAB, naquele momento, era a entidade que conseguia transitar entre todas as demais entidades da sociedade civil sem problemas, sem conflitos” (Murara, 2011). De acordo com a jornalista, a escolha da OAB também foi vinculada ao fato de a Ordem ter

muito a ver com lei né. A gente tava, um dos itens que a gente pedia e, enfim, que via mudança, era uma lei da transparência, e a OAB já vinha discutindo isso, tinha uma lei na Assembleia, não sei dizer se era uma iniciativa, se a OAB teve a iniciativa. Mas a gente entendeu que naquele momento tinha muito a ver com legislação, [...] entendemos que a OAB era a entidade que melhor poderia representar. E por ser uma entidade super idônea, onde as pessoas trabalham de maneira voluntária, tem uma super representatividade em âmbito nacional, ela é super representativa (Murara, 2011)

Após essas definições, iniciavam-se as reuniões para traçar estratégias de mobilização da população e produzir os materiais do movimento, como a carta manifesto (Anexo 1), realizada em conjunto com a agência de publicidade Getz, que, segundo Carmem, “participou das

²⁶Murara, Carmem. Entrevista realizada em 8 de novembro de 2011, no Departamento de Marketing e Comunicação Empresarial do GRPCOM, direto ao pesquisador. Essa entrevista foi gravada e conta com a permissão do entrevistado para a análise neste trabalho.

reuniões desde o começo, super engajados, e tal, foi um trabalho totalmente gratuito que eles fizeram”. Além disso, de acordo com Carmem, todo o trabalho do anúncio foi “colaborativo. Nós [GRPCOM] cedíamos o espaço, em jornal e TV, as entidades faziam o trabalho de mobilização, de angariar mais pessoas, e davam, isso chancelava aquele movimento, né, davam o respaldo”. A Getz também colaborou na produção do site do movimento que, inicialmente, começou intitulado como O Novo Paraná. No entanto, segundo Carmem, com a aproximação das eleições, mudou-se, optando “para O Paraná Que Queremos, pois O Novo Paraná tinha conotação política, porque tinha eleições próximas, e tem até um político que usou esse nome, como a gente soube disso a gente já trocou para O Paraná Que Queremos” (Murara, 2011). Conforme relata Carmem, havia “uma preocupação muito grande de não dar uma conotação política” ao movimento, o qual, teve “o suporte todo, falamos assim: “Poxa, esse movimento não é do GRPCOM, [...] tem que ser das entidades, da sociedade”, mas a gente abriu espaço para que essas entidades pudessem aderir”²⁷ ao O Paraná Que Queremos, principalmente pelo site. Ela salienta:

O site tá no ar, e ele tá, mas ele tá congelado, até a gente tava discutindo, e agora? Ele tem atualização automática de Gazeta do Povo, então as matérias de política da Gazeta vai atualizando, assim. Todas aquelas pessoas que assinaram tão lá. E a gente discutiu, o que fazer, tirar, manter? Afinal, as pessoas aderiram, né, talvez elas queiram ver os seus nomes lá. Então, continua (Murara, 2011)

Apesar de ainda estar no ar, o site não tem mais alimentação frequente, salvo as automáticas, provenientes das publicações da Gazeta do Povo. Além disso, de acordo com Carmem, não há continuidade nos trabalhos do movimento, que, para ela foi formado “pra este fim específico, e a gente, esse movimento, não está sendo alimentado, a OAB não está mais alimentando ou trabalhando o nome desse movimento”(Murara, 2011).

²⁷Murara, Carmem. Entrevista realizada em 8 de novembro de 2011, no Departamento de Marketing e Comunicação Empresarial do GRPCOM, direto ao pesquisador. Essa entrevista foi gravada e conta com a permissão do entrevistado para a análise neste trabalho.

3.5 Análise

Aproximando alguns dados e relatos apresentados no presente trabalho, é possível que seja traçada uma proximidade e corroboração em determinadas questões acerca das reportagens e do movimento, bem como pontos em que há refutação e discordância de informações.

Em um primeiro momento, as análises realizadas nas matérias, referentes à apuração e mapeamento das fontes externas, não apresentou dados expressivos de aparição de fontes, sendo que a maior aparição foi a do presidente da OAB, José Lucio Glomb, que, posteriormente às denúncias das reportagens dos Diários Secretos, iniciadas em 16 de março de 2010, viria a encabeçar o movimento O Paraná Que Queremos. Vale ressaltar que as aparições computadas são referentes às publicações dos Diários Secretos que antecedem as inserções publicitárias do movimento conclamando a adesão da sociedade ao O Paraná Que Queremos.

As análises referentes às aparições de acusados e cadenciamento de informações denotam um planejamento de publicação de matérias, uma vez que há referência em inúmeras das publicações de que as reportagens são frutos de dois anos de pesquisas em 724 Diários Oficiais, realizados pelos quatro jornalistas envolvidos nas apurações e publicações dos Diários Secretos. Somada a essa questão, há a declaração do jornalista da Gazeta do Povo Karlos Kolbach²⁸ de que houve um planejamento estratégico para as publicações envolvendo um cronograma de inserção de notícias e acusados, como o fato de, em primeiro lugar, denunciar indivíduos ligados à direção administrativa, para, posteriormente, publicar denúncias envolvendo deputados. Além disso, a afirmação da jornalista Kátia Bembratti²⁹ de que eles, os jornalistas, estavam com os materiais prontos há mais ou menos dez dias antes do início das publicações das reportagens corrobora o planejamento de publicações declarado por Karlos. Tal planejamento sugere a prática prevista na teoria do *gatekeeper*, cujo termo

²⁸Kolbach, Karlos. Entrevista realizada em 14 de outubro de 2011, na sede do jornal Gazeta do Povo direto ao pesquisador. Essa entrevista foi gravada e conta com a permissão do entrevistado para a análise neste trabalho.

²⁹Bembratti, Kátia. Entrevista realizada em 25 de outubro de 2011, na sede do jornal Gazeta do Povo direto ao pesquisador. Essa entrevista foi gravada e conta com a permissão do entrevistado para a análise neste trabalho.

refere-se à pessoa que toma uma decisão numa sequência de decisões; foi introduzido pelo psicólogo social Kurt Lewin num artigo, publicado em 1947, sobre as decisões domésticas relativas à aquisição de alimentos para a casa. Nesta teoria, o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gates*, isto é, “portões” que não são mais do que áreas de decisão em relação as quais o jornalista (Traquina, 2005, p. 150)

A perspectiva da teoria do Agendamento, que consiste na análise dos meios de comunicação como detentores da capacidade de sugerir temas e pautas nas discussões públicas (DeFleur; Ball-Rokeach, 1993, p. 284), proporciona a suposição de que a aparição quase diária dos nomes dos acusados, repetição e resgate das acusações, bem como uma série de novas informações possibilitaram, conforme declarou Glomb³⁰, “uma crescente indignação por parte da população”. Supõe-se também que, além do conteúdo das denúncias, tais características, acarretando a suposta indignação pública, possibilitam a promoção de discussões e manifestações na esfera pública, que, para Habermas, é a dimensão virtual em que há discussões das questões públicas por agentes privados, ou seja, indivíduos da esfera privada, aglomerados por temas e problemáticas convergentes cuja repercussão se dá no âmbito coletivo (Habermas, 2003). Por conseguinte, uma parcela dessa população, como membros da sociedade civil, cujo “núcleo institucional é formado por associações e organizações livres [...] ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida” (Habermas, 1997: 99), mobilizaram-se, posteriormente, em torno do movimento O Paraná Que Queremos. Conforme foi explicitado em todas as entrevistas realizadas para construir o referente trabalho, não se percebeu relação de influência do movimento na série de reportagens, uma vez que, cronologicamente, o início das publicações da série Diários Secretos antecede as primeiras manifestações do movimento O Pa-

³⁰Glomb, José Lucio. Entrevista realizada em 26 de outubro de 2011, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraná, direto ao pesquisador. Essa entrevista foi gravada e conta com a permissão do entrevistado para a análise neste trabalho.

raná Que Queremos. Além disso, como afirmou Carmem,³¹ as pesquisas, discussões e formações das pautas das reportagens permaneceram em sigilo, mesmo internamente no grupo GRPCOM, até o início das publicações. Por fim, o movimento O Paraná Que Queremos, segundo declarações do presidente da OAB, origina-se nas denúncias realizadas na série de reportagens Diários Secretos. Para Glomb, o movimento foi uma iniciativa da Ordem, primeira entidade da sociedade civil a se posicionar publicamente contrária as ações publicadas nas denúncias, que, por meio de uma campanha publicitária conclamando a adesão da sociedade, encabeçou, segundo ele, o O Paraná Que Queremos. Já para a jornalista e publicitária Carmem Murara, que trabalha no departamento responsável pelo marketing e comunicação empresarial do grupo GRPCOM, o movimento O Paraná Que Queremos teve origem em uma reunião realizada entre o grupo e entidades da sociedade civil, entre elas a OAB, em que propôs-se uma forma de mobilizar a sociedade pelo “fim da corrupção, dos funcionários fantasmas, a queda da mesa diretora da Assembleia”. Nessa reunião, de acordo com Carmem, ficou delegada à OAB a liderança da mobilização, pois, a Ordem, “naquele momento, era a entidade que conseguia transitar entre todas as demais entidades da sociedade civil sem problemas, sem conflitos”, além de ser uma entidade de proximidade com questões de legislação e grande representatividade, de acordo com Carmem.

³¹Murara, Carmem. Entrevista realizada em 8 de novembro de 2011, no Departamento de Marketing e Comunicação Empresarial do GRPCOM, direto ao pesquisador. Essa entrevista foi gravada e conta com a permissão do entrevistado para a análise neste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 16 de março de 2010, a Gazeta do Povo, maior jornal impresso de circulação diária no Paraná, em parceria com a emissora de televisão RPCTV, ambas administradas pelo grupo GRPCOM, iniciaram a publicação de uma série de reportagens intitulada Diário Secretos, que denunciou um esquema de publicação de diários oficiais não numerados, formação de quadrilha, desvio de dinheiro público e contratação ilegal de servidores ocorridos na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). Em abril de 2010, a Ordem dos Advogados do Brasil seccional Paraná, iniciou uma campanha publicitária conclamando a sociedade paranaense a aderir o movimento O Paraná Que Queremos, que buscou a ética na política paranaense, investigação e punição dos acusados e substituição da mesa diretora da Alep.

Tendo em vista esses acontecimentos demonstrados com as análises documentais e entrevistas em profundidades, à luz das teorias do agendamento e do *gatekeeper*, propomo-nos a investigar se houve, e de que forma se deu, a influência das publicações da série de reportagens Diários Secretos, publicadas pela Gazeta do Povo, na formação do movimento O Paraná Que Queremos, possibilitando, dessa forma, uma possível revitalização da esfera pública. Vale ressaltar que a influência dos meios de comunicação na sociedade, bem como na opinião pública, é de fundamental importância para o estudo do jornalismo, pois possibilita identificar e compreender a atuação dos meios de comunicação e seus objetivos, além de promover uma melhor percepção de seu papel e da magnitude de influência na sociedade.

As análises do presente trabalho proporcionam a sinalização de que não houve uma influência empresarial do jornal na formação e publicação das matérias. No entanto, da mesma forma, supõe-se um planejamento estratégico relativo a cadência de informações e acusados por parte dos jornalistas envolvidos na produção das reportagens. Além disso, a ocorrência de novas denúncias, a aparição quase diária dos acusados, bem como o resgate dos fatos noticiados desde o início das publicações, de acordo com o presidente da OAB, José Lucio Glomb, proporcionou uma crescente indignação, o que sugere uma certa influência no posicionamento da Ordem, que viria, posteriormente, a encabeçar o movimento O Paraná Que Queremos.

Por outro lado, percebeu-se, com as entrevistas, que a origem do movimento também é fruto de uma ação institucional do GRPCOM, em parceria com a OAB e outras entidades da sociedade civil, e que, sob critérios de representatividade e proximidade com questões legislativas, foi designada à Ordem o papel de liderança do movimento.

Sendo assim, das hipóteses elencadas no início do presente trabalho, a que mais se aproxima das conclusões é a de que, promovendo a revitalização da esfera pública, o conteúdo das matérias Diários Secretos, ao abordar tema de interesse público, influenciou na criação do movimento O Paraná Que Queremos, colocando em evidência e fornecendo pauta para debate e pleito da sociedade. O jornal teria agido de forma a inserir na agenda de discussões públicas um determinado tema que, ao ser percebido por certos agentes da sociedade civil organizada, repercutiu na criação de um movimento que vislumbra a defesa de interesses da população. No entanto, cabe reafirmar a influência institucional do grupo GRPCOM como um dos promotores do movimento.

Ressalte-se, ainda, que o tema e objeto de pesquisa do presente trabalho, dada a complexidade e quantidade de reportagens, bem como a magnitude e influência do movimento O Paraná Que Queremos na política estadual, podem ser material de investigação futura, o que poderá possibilitar conclusões mais completas, além de desencadear pesquisas sob diferentes perspectivas do mesmo tema.

REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Brembatti, K. (2011). *Entrevista concedida a Alexsandro Teixeira Ribeiro*. Curitiba, 25 out.
- Cellard, A. (2008). “A análise documental”, in: Poupart, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes.
- Cruz Neto, O. (2000). “O Trabalho de Campo como Descoberta e Criação”, in: Minayo, M., *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 9.^a Ed. Petrópolis: Vozes.
- DeFleur, M.; Ball-Rokeach, S. (1993). *Teorias da Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Dines, A. (1986). *O papel do jornal: uma releitura*. 4.^a ed. São Paulo: Summus.
- Diniz, J. P. (2008). *O papel do jornal na construção social de identidades*. Salvador, Enecult, 2008. Disponível em: [Ufrb](http://www.ufrb.edu.br), acesso em: 13/04/2011.
- Em Dia tenso, diário on-line é visto como saída por deputados. *Gazeta do Povo*, Curitiba, p. 18. 17 de março de 2010.
- Escândalo gera manifestação no Twitter. *Gazeta do Povo*, Curitiba, p. 17. 18 de março de 2010.
- Fiorin, J. L. (2005). *Elementos de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto.
- Fonseca, F. (2010). *Mídia e poder: elementos conceituais e empíricos para o desenvolvimento da democracia brasileira*. Brasília, Setembro de 2010. Disponível em: [Ipea](http://www.ipea.gov.br), acesso em: 13/04/2011.
- Garnham, N. (1992). *The Media and the Public Sphere in Habermas and the public sphere*. Calhoun, C. (Org.). Cambridge: MIT Press.

- Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas.
- Glomb, J. L. (2010a). “Palavra do Presidente”, in: *Jornal da Ordem*, Paraná. v. 138, p. 3. Abril.
- _____. (2010b). “Assembleia Legislativa”, in: *Jornal da Ordem*, Paraná. v. 139, p. 5. Maio.
- _____. (2011). *Entrevista concedida a Alexsandro Teixeira Ribeiro*. Curitiba, 26 out. 2011.
- Gohn, M. G. (2007a). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Rio de Janeiro: Vozes.
- _____. (2007b). *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 6.^a Edição. São Paulo: Loyola.
- Habermas, J. (1997). *Direito e democracia: entre factividades e validade, volume II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____. (2003). *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. São Paulo: Coleção Biblioteca do Tempo Universitário.
- Investigação de dois anos. *Gazeta do Povo*, Curitiba, p. 15. 16 de março de 2010.
- Justus silencia e deputados evitam criticar Abib Miguel. *Gazeta do Povo*, Curitiba, p. 16. 18 de março de 2010.
- Kolbach, K. (2001). *Entrevista concedida a Alexsandro Teixeira Ribeiro*. Curitiba, 14 out. 2011.
- Lozano, J.; Peña-Marín, C. & Abril, G. (2002). *Análise do Discurso: por uma semiótica da interação textual*. São Paulo: Littera Mundi.
- Murara, C. (2011). *Entrevista concedida a Alexsandro Teixeira Ribeiro*. Curitiba, 8 nov.
- O Paraná que queremos. *Jornal da Ordem*, Paraná. v.139, p.6. Maio, 2010.

- Orlandi, E. P. (1987). *A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes.
- Orlandi, E. P. (2000). *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes.
- Richardson, R. J. (1989). *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo, Atlas.
- Silverinha, M. J. (2010). “Esfera Pública” in: *Conceitos de Comunicação Política*. Correia, J. C.; Ferreira, G. B.; Santo, P. E. (Org.). Portugal, LabCom Books.
- Soares, M. C. (2009). *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Souza, M. A. (2005). “Movimentos Sociais na Sociedade Brasileira: lutas de trabalhadores e temáticas socio-ambientais” in: *Sociedade e Cidadania: desafios para o século XXI*, Costa, L. C. C.; Souza, M. A. S. (Orgs.). Ponta Grossa: UEPG.
- Traquina, N. (2004). *Teorias do Jornalismo: por que as notícias são como são*. Volume 1. Florianópolis: Insular.
- Young, I. M. (2000). *Inclusion and Democracy*. New York: Oxford University Press.
- Wolf, M. (2002). *Teorias da comunicação*. 7. ed. Lisboa: Presença.

ANEXO I

HOJE EXISTEM DOIS PARANÁS. UM É EXEMPLO DE RIQUEZA E MODERNIDADE, QUE ACORDA CEDO PARA TRABALHAR. ENQUANTO OUTRO VIVE NO SUBMUNDO DA CORRUPÇÃO, DOS EMPREGOS FANTASMAS DA ASSEMBLEIA. HÁ UM PARANÁ QUE EXIGE RESPEITO E RECONHECIMENTO DA SUA IMPORTÂNCIA PERANTE O PAÍS. E UM PARANÁ QUE PREFERE FICAR ÀS SOMBRAS. **AFINAL, QUE PARANÁ QUEREMOS?** UM PARANÁ DE SILÊNCIO E QUE ACOBERTA OS ERROS DOS PODEROSOS? OU UM PARANÁ QUE NÃO TEM MEDO DE ENFRENTÁ-LOS? A OAB PARANÁ QUER CONVIDAR VOCÊ A FAZER PARTE DE UM MOVIMENTO. UM MOVIMENTO CONTRA A IMPUNIDADE E A CORRUPÇÃO. PELO RESGATE DO REAL PAPEL DA POLÍTICA, DA ÉTICA E DA DEMOCRACIA EM NOSSAS VIDAS, COBRANDO, DEBATENDO E NÃO DEIXANDO QUE ESTA HISTÓRIA DOS DIÁRIOS SECRETOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA SEJA COLOCADA PARA DEBAIXO DO TAPETE. UM MOVIMENTO DE VALORIZAÇÃO DE UM PARANÁ JUSTO, HONESTO E À ALTURA DE TODOS OS PARANAENSES, COMO VOCÊ. **VAMOS FAZER JUNTOS ESTE PARANÁ?**

